

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2001

Senhores Acionistas,

A CESP - Companhia Energética de São Paulo, no ano em que completou 35 anos de existência, consolidou sua posição de maior geradora do Estado de São Paulo e terceira maior do Brasil, ao acrescentar três novas turbinas ao seu parque gerador, tendo sido responsável por 53% da energia gerada no Estado, encerrando o ano com 6 usinas hidrelétricas, 54 unidades geradoras com 7.126 MW de potência total instalada e 3.808 MW médios de energia assegurada.

Neste contexto, a Administração da CESP, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta suas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social de 2001, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes e do Relatório das principais atividades desenvolvidas pela Companhia no período. Trata-se do segundo exercício social completo após o profundo processo de reestruturação societária e patrimonial pelo qual passou, em decorrência da venda das controladas CPFL, ELEKTRO e COMGÁS e da cisão parcial, em 1999, que resultou na criação das geradoras Paranapanema e Tietê (privatizadas com sucesso) e da transmissora CTEEP. Pela primeira vez, as Demonstrações permitem comparação integral com o exercício anterior, já como Companhia exclusiva de geração de energia hidrelétrica.

O exercício findo caracterizou-se por uma acentuada desvalorização do real frente ao dólar norte-americano e por um período de excepcionalidade hidrológica e energética, sem precedentes na história dos 35 anos da CESP, com o estabelecimento, desde junho de 2001, do racionamento de energia elétrica para todas as regiões do país, exceção apenas para a região Sul.

Diante da gravidade deste cenário, foi necessário o esforço da sociedade, das autoridades governamentais, do Poder Concedente e de todos os agentes do Setor Elétrico, de modo a administrar os efeitos da crise.

Em meio à turbulência que se vislumbrava, o Governo do Estado de São Paulo decidiu, em 15 de maio de 2001, aceitar a recomendação do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização, adiando a realização do leilão de venda do bloco de controle das ações do capital social da CESP, objeto do edital SF/006/2001, publicado em 17 de abril, que seria realizado em 16 de maio de 2001, na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA).

Oportunamente, o Governo do Estado fará publicar novo cronograma geral da licitação, para retomada do processo.

Diante de situação tão adversa, a CESP implementou diversas ações que mitigaram o impacto negativo das medidas de exceção relacionadas ao racionamento de energia elétrica, tanto para a Companhia como para a sociedade em geral, sendo as mais importantes:

- Acréscimo de 3 unidades geradoras à Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), representado pelas unidades de nºs 9, 10 e 11, com 100,8 MW de potência nominal cada uma;
- Antecipação do cronograma de operação das máquinas de nºs. 9, 10 e 11, em média de 72 dias;
- O processo de sobrepotência de 100,8 MW para 110,0 MW para todas as unidades geradoras (de nºs. 1 a 11) já instaladas naquela usina, operação que propiciou um ganho próximo de 10% sobre a capacidade nominal de cada máquina;
- Gerenciamento estratégico dos reservatórios das Usinas de Paraibuna e Jaguari na cabeceira do rio Paraíba, em conjunto com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e com a Agência Nacional de Águas - ANA, objetivando minimizar o impacto da forte estiagem que ocorreu na região sudeste. Otimizou-se o controle das vazões e utilização das águas que abastecem toda a bacia do rio Paraíba, que se estende pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, abrangendo uma área de 55.400 km², afetando diretamente 172 municípios e 5.200 indústrias;
- Adoção, em conjunto com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, de procedimento operacional especial para os reservatórios das usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos, possibilitando a manutenção da navegação comercial na Hidrovia Tietê-Paraná.

As medidas acima elencadas não só contribuíram para que a CESP experimentasse uma evolução de cerca de 27,8% no seu faturamento, passando de R\$ 1.436 milhões para R\$ 1.835 milhões, que inclui o fornecimento e suprimento de contratos e receita de energias de curto prazo do fechamento do MAE de 2001, apesar de ter gerado menos energia em função das regras do regime de exceção, como tiveram grande importância na minimização dos efeitos do racionamento para a população do Sudeste do país.

O Resultado do Serviço de 2001 superou em 4,4% o de 2000; como consequência a geração interna de recursos de 2001 foi de R\$ 1.023 milhões, com elevação de 6,6%. A baixa disponibilidade de caixa com que a Companhia encerrou o exercício está sendo recuperada a partir de fevereiro de 2002, em decorrência dos efeitos práticos da aplicação do Acordo Geral do Setor Elétrico, firmado em dezembro de 2001.

As ações de gestão e os esforços das áreas técnicas da Companhia permitiram que a CESP cumprisse integral e antecipadamente seus compromissos com o Poder Concedente, já que o cronograma da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) estabelecido pela ANEEL, definia a data de 1º de abril de 2002 para a CESP atingir 1.209,6 MW de potência instalada com 12 máquinas, o que foi alcançado em 10 de outubro de 2001, com apenas 11 máquinas, destacando-se o fato de que a CESP foi a empresa que mais acrescentou energia nova de origem hidráulica no mercado nacional, representando cerca de 32% de toda a energia hidrelétrica nova disponibilizada no país.

Mauro Guilherme Jardim Arce
Presidente do Conselho de Administração

O SETOR ELÉTRICO

As condições hidrológicas desfavoráveis verificadas no início do ano de 2001 exigiram a atenção das autoridades do Setor Elétrico tendo-se, já em abril e maio, desencadeado esforços de racionalização do consumo, o que não foi suficiente diante da gravidade da situação, em face dos baixos níveis de armazenamento dos reservatórios.

Em 29 de maio de 2001, o Governo Federal instituiu a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica com o objetivo de administrar programas de ajuste da demanda, coordenar esforços para aumento da oferta e implementar medidas de caráter emergencial necessárias à situação hidrológica crítica. Estabeleceu-se, entre outras ações, o racionamento compulsório e impuseram-se restrições à utilização dos recursos hídricos, com o objetivo de preservá-los durante a estação seca, administrando-os até a chegada do próximo período úmido (que na região Sudeste do país corresponde ao período de chuvas compreendido entre outubro e abril de cada ano).

As medidas implicaram na redução drástica da produção de energia elétrica de origem hidráulica sendo o suprimento de energia complementado por geradores livres (produtores que dispunham de energia não comprometida em contratos), eminentemente de origem térmica.

A operacionalização comercial das regras de mercado até então vigentes implicaria, neste período de exceção, em perdas irreparáveis às empresas geradoras com contratos de venda vigentes, acarretando situações insuportáveis de ônus de caixa, além de entraves jurídicos que poderiam paralisar as atividades do mercado de curto prazo.

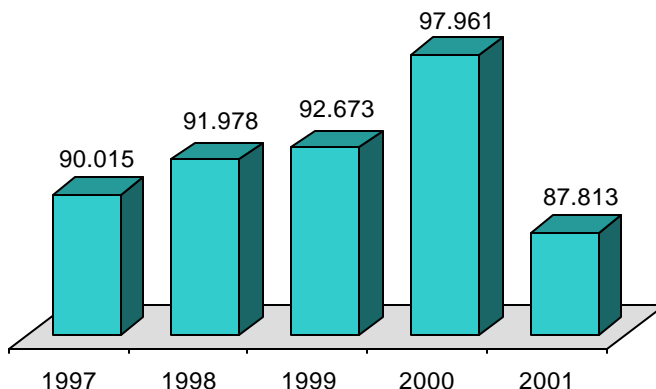
Diante desta situação, o governo federal agiu no sentido de garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes envolvidos na operação do mercado. Sobre a ação governamental, podemos citar os seguintes aspectos como principais:

1. Acordo Geral do Setor Elétrico, com equalização dos prejuízos entre geradores, distribuidores e sociedade;
2. Substituição da sistemática prevista no Anexo V, integrante dos Contratos Iniciais;
3. Fim da auto-regulação do Mercado Atacadista de Energia - MAE;
4. Alteração do processo de comercialização da energia liberada dos contratos iniciais, a partir de 2003, das empresas geradoras federais e estaduais, que passará a ser feito através de leilões;
5. Alteração de diversas regras de mercado, a fim de possibilitar maior atração para investimentos no Setor Elétrico.

A CESP, SEU MERCADO E A CRISE DE ENERGIA EM 2001

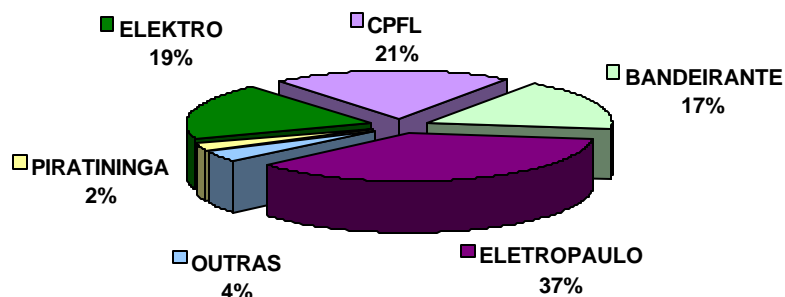
Devido ao racionamento de energia elétrica que caracterizou o ano de 2001, o consumo no Estado de São Paulo encerrou o ano apresentando uma retração de 10,36% em relação ao ano anterior, ficando em 87.813 GWh.

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DE SÃO PAULO (GWh)



O gráfico a seguir demonstra a participação relativa de cada empresa no faturamento (GWh) da CESP, cujos principais clientes, Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo S/A; CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz; Bandeirante - Bandeirante Energia S/A; Elektro - Eletricidade e Serviços S/A e Companhia Piratininga de Força e Luz, atuam, preponderantemente, no mercado de energia do Estado de São Paulo:

PRINCIPAIS CONCESSIONÁRIAS SUPRIDAS PELA CESP (GWh)



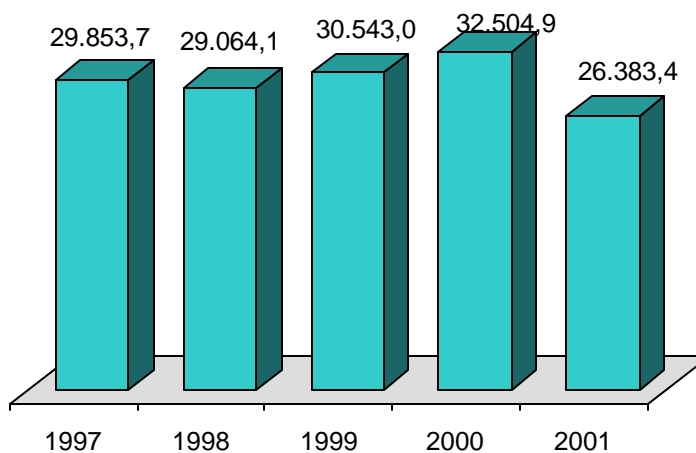
A redução de consumo imposta pelo racionamento trouxe, de imediato, problemas de caixa às Distribuidoras pela diminuição do faturamento, o que levou a CESP, a exemplo de outras Geradoras, a reduzir espontaneamente o valor de seu faturamento mensal, passando a praticar faturas com 80% da energia contratual, a partir do mês de junho de 2001, inclusive, permitindo que as restrições de caixa fossem melhor distribuídas e absorvidas entre os agentes geradores e os distribuidores (Clientes das Geradoras) durante o período de racionamento, causando impactos no caixa da CESP ao final do exercício.

Esta situação só foi regularizada com o Acordo Geral do Setor Elétrico alcançado ao final do ano de 2001 entre Geradoras, Distribuidoras e o Governo Federal, atuando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES como agente financiador, acordo que propiciou a recomposição do faturamento da CESP, durante os meses de racionamento, para os níveis de 97,66% dos montantes dos Contratos Iniciais.

Entretanto, os efeitos favoráveis no caixa só foram refletidos após o encerramento do exercício, já que os ingressos efetivos de recursos se concretizaram a partir do mês de fevereiro de 2002.

Por outro lado, a necessidade de administrar os níveis dos reservatórios com o estabelecimento de uma curva guia a ser observada no período, objetivando a manutenção de um armazenamento mínimo de segurança que permitisse atravessar o período seco até atingir um novo período de chuvas fez com que o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS reduzisse a produção de energia elétrica de origem hidráulica, o que resultou no decréscimo de produção da CESP, comparativamente ao ano anterior, mesmo com as três novas unidades geradoras que a empresa acrescentou ao Sistema durante o ano de 2001.

PRODUÇÃO TOTAL DA CESP (GWh)



Mesmo tendo sua produção reduzida em 18,8%, comparado a 2000, em decorrência das regras do racionamento, a CESP foi responsável por aproximadamente 53% de toda a energia gerada no Estado de São Paulo. Merece destaque o esforço empreendido na Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, conforme observa-se na evolução de sua produção no quadro abaixo que, em 1999, teve as três primeiras máquinas instaladas. Em 2000, a expressiva meta de instalação de cinco unidades geradoras e, em 2001, três novas máquinas, período em que ocorreu a repotenciação e a antecipação da entrada em operação comercial.

PRODUÇÃO DA CESP POR USINA (GWh)

Usinas	1999	2000	2001
<i>Ilha Solteira</i>	15.246,3	16.368,9	11.390,5
<i>Três Irmãos</i>	4.220,1	2.606,1	1.177,7
<i>Jupiá</i>	9.189,5	10.048,9	7.184,7
<i>Engenheiro Sérgio Motta</i>	1.383,3	3.029,1	6.174,1
<i>Paraibuna</i>	379,0	380,7	362,4
<i>Jaguari</i>	124,8	71,2	94,0
Total	30.543,0	32.504,9	26.383,4

A CESP foi a empresa geradora que mais acrescentou energia hidrelétrica nova ao sistema nacional, com instalação e entrada em operação, antecipada, de três novas unidades geradoras, conforme mencionado e também pela repotenciação de todas as máquinas existentes na Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera).

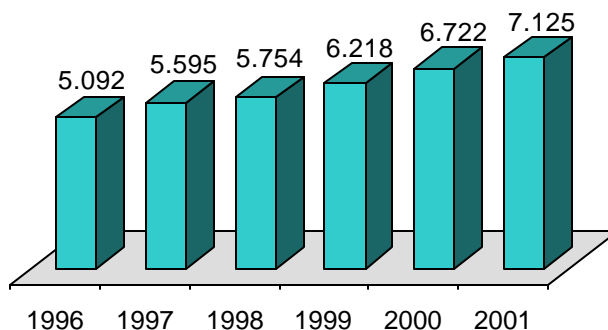
Além de contribuir significativamente no esforço para o aumento da oferta de energia elétrica, a CESP participou ativamente de diversas outras ações não relacionadas diretamente à produção de energia, mas que decisivamente minoraram os reflexos negativos do regime de exceção à que a sociedade ficou exposta no último ano, conforme segue:

- A CESP executou, em consenso com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, a Agência Nacional de Águas - ANA e outros órgãos representativos do governo e sociedade civil, o gerenciamento estratégico do controle das vazões e da utilização da água dos reservatórios das usinas de Paraibuna e Jaguari, visando amenizar os efeitos da estiagem na região Sudeste, evitando que o estoque de água daqueles reservatórios atingisse níveis críticos. Os dois reservatórios, localizados na cabeceira do rio Paraíba, abastecem toda a sua bacia, que se estende pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, afetando diretamente 172 municípios, com 5.200 indústrias numa área de 55.400 km²;
- Em conjunto com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, a CESP implantou um esquema operacional especial adequado ao processo de racionamento e, ao mesmo tempo, que mantivesse o nível mínimo nos reservatórios das usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos, de maneira que a navegação comercial da Hidrovia Tietê-Paraná não fosse prejudicada;
- A partir de maio, já com o diagnóstico do racionamento, a CESP implantou medidas de extremo rigor na administração da água de seus reservatórios tendo adotado o processo de despacho ótimo por usina e por unidade geradora, com o objetivo de minimizar o consumo de água nas unidades, mantendo a produção de energia necessária ao atendimento da carga, bem como preservando a segurança operativa do Sistema Interligado Nacional;
- A CESP passou a disponibilizar diariamente para o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS os registros de dados referentes à situação de seus reservatórios, geração e carga verificada;
- Com o advento da crise comercial/regulatória envolvendo os agentes do mercado, a CESP teve atuação importante nas questões de ordem legal, inclusive coordenando o grupo jurídico da Associação Brasileira das Grandes Empresas Geradoras de Energia - ABRAGE.

EXPANSÃO DO SISTEMA ELÉTRICO

Comprometida com o Plano de Expansão do Setor Elétrico, visando diminuir o risco de oferta no atendimento do mercado, a CESP aumentou sua capacidade instalada, com a entrada em operação comercial das unidades geradoras 9, 10 e 11 na Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), totalizando 1.109 MW de potência (nominal) instalada nesta usina, e 7.126 MW de capacidade instalada na CESP.

EVOLUÇÃO DA POTÊNCIA INSTALADA DA CESP (MW)



Ressalte-se que a entrada em operação comercial da máquina 9 foi antecipada em 51 dias, e as máquinas 10 e 11, em 82 dias. Ou seja, em média, essas máquinas entraram em operação com 72 dias de antecedência, esforço esse que, aliado à conclusão do processo de otimização de cada unidade geradora de Porto Primavera, de 100,8 MW para 110,0 MW, permitiu à CESP disponibilizar ao mercado cerca de 700.000 MWh adicionais de energia livre.

Ainda na Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), outras obras merecem destaque:

- A conclusão, em março de 2001, da 2ª etapa do enchimento do reservatório da usina entre as cotas 253,0 m e 257,0 m;
- A conclusão da montagem eletromecânica da unidade geradora de nº 12, que se encontrava ao final de 2001 em fase de comissionamento, entrou em operação comercial em 30 de janeiro de 2002, elevando a energia assegurada total da CESP de 3.808 para 4.038 MW médios;
- A conclusão da montagem da Subestação Blindada a Gás de Hexafluoreto de Enxofre (SF6).

MODERNIZAÇÃO EMPRESARIAL

QUALIDADE TOTAL

NBR ISO 9002:94

A CESP manteve as Certificações NBR ISO 9002:94 para os processos de "Geração de Energia Elétrica" - Usina Hidrelétrica Ilha Solteira, "Inspeção Visual de Estruturas Cíveis de Barragens" - Área de Segurança de Barragens, "Sistema de Formação e Desenvolvimento de Profissionais para Operação de Usinas Hidrelétricas da CESP" - Equipe de Treinamento e Desenvolvimento e "Processos de Avaliação e Recuperação de Estruturas Cíveis por Meio de Injeções de Concreto" - Laboratório CESP de Engenharia Civil de Ilha Solteira.

Até o mês de abril de 2002, a CESP obterá a recomendação da certificação da ISO 9002 para o processo de "Geração de Energia Elétrica" nas Usinas Hidrelétricas de Jupia, Paraibuna e Jaguari.

PRÊMIOS RECEBIDOS

O Programa de Qualidade de Vida na Comunidade de Primavera, desenvolvido pela CESP no núcleo residencial Primavera, localizado no município de Rosana - SP, recebeu três prêmios empresariais concedidos por importantes instituições nacionais. A primeira premiação foi em junho, com o Top Social 2001, da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB). As duas outras premiações ocorreram em novembro. O Guia de Boa Cidadania Empresarial da Revista Exame, da Editora Abril, premiou o trabalho da CESP como um dos 20 melhores sobre práticas de responsabilidade social, entre cerca de 1.500 projetos apresentados por empresas no Brasil. Pela Fundação Coge, o trabalho em Primavera foi o vencedor da categoria Ações de Responsabilidade Social.

O Trabalho de Recomposição Vegetal com Espécies Florestais Nativas visando a Qualidade da Água, na categoria Ações Ambientais, ficou entre os finalistas do Prêmio Fundação Coge.

O Balanço Anual da CESP de 2000 ficou entre os 13 melhores demonstrativos publicados no país em 2001, recebendo o Troféu Transparência concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade - ANEFAC, em parceria com a FIPECAFI e SERASA, sendo o segundo ano consecutivo que a CESP recebe essa premiação.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A CESP concretizou a centralização física de todos os equipamentos processadores da rede de informática (grande porte e servidores), aumentando a segurança e confiabilidade operacional pela instalação centralizada, protegida e esquematizada com modernos aparelhos de controle.

Está em operação, desde o início de junho, o Link de 2 Mbps (megabits por segundo) para acesso à rede mundial Internet. Com este novo link, a CESP poderá disponibilizar novos serviços corporativos, como o Leilão Eletrônico, além de manter em melhor nível os serviços já existentes, como editais de licitações, MAE, acesso a sites da WEB, disponibilização das páginas CESP na rede mundial e os serviços de envio e recebimento de mensagens através de correio eletrônico.

Com o constante aumento de serviços agregados à rede corporativa, foi necessário atualizar o aplicativo de rede (netware) versão 4.11 para 5.11, o que possibilitou a utilização de um único protocolo (TCP/IP), resultando em melhor gerenciamento da rede, com ganhos operacionais e redução de custos. Criou-se, também, um novo sistema de arquivamento, padronizado com arquivos de segurança mais eficientes, garantindo o completo restabelecimento dos dados e aplicações nos casos de emergência.

BALANÇO SOCIAL

1. Bases de Cálculo	2001			2000		
	R\$ Mil	% sobre		R\$ Mil	% sobre	
Receita Bruta (RB).....	2.274.529			1.435.541		
Resultado do Serviço (RS).....	614.773			588.860		
Folha de Pagamento Bruta (FPB).....	113.327			117.359		
2. Indicadores Laboriais	2001			2000		
	R\$ Mil	FPB	RS	R\$ Mil	FPB	RS
Encargos Sociais Compulsórios	24.538	21,7	4,0	26.144	22,3	4,4
Entidade de Previdência dos Empregados	6.695	5,9	1,1	6.109	5,2	1,0
Alimentação.....	3.442	3,0	0,6	3.861	3,3	0,7
Saúde.....	3.500	3,1	0,6	5.025	4,3	0,9
Educação e Treinamento.....	651	0,6	0,1	690	0,6	0,1
Outros Benefícios.....	866	0,8	0,1	385	0,3	0,1
Total.....	39.692	35,1	6,5	42.214	36,0	7,2
3. Indicadores Sociais	2001			2000		
	R\$ Mil	RB	RS	R\$ Mil	RB	RS
Contribuições p/ a Sociedade/Investimentos em Cidadania.....	3.784	0,2	0,6	4.305	0,3	0,7
Investimentos em Meio Ambiente.....	14.136	0,6	2,3	14.779	1,0	2,5
Tributos e Contribuições (ICMS/COFINS/PIS).....	159.593	7,0	-	82.868	5,8	-
Total.....	177.513			101.952		
4. Indicadores do Corpo Funcional	2001			2000		
Número de Empregados		1.434			1.522	

MEIO AMBIENTE

Já no início de 2001, a CESP conseguiu superar, com êxito, o desafio de concluir o enchimento do reservatório da UHE Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) até a cota 257,0 m, tendo cumprido todas as condicionantes constantes da Licença Ambiental nº 121/00, de 1º de dezembro de 2000, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e outras ações estabelecidas pelo Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA e Ministérios Públicos Federal e Estadual.

Visando a conservação ambiental dos ecossistemas em toda a área de influência dos empreendimentos e o atendimento de forma racional e ambientalmente eficaz das prerrogativas legais, foi dada continuidade aos diversos programas ambientais da Empresa, como os programas de manejo de fauna e flora, manejo pesqueiro, reassentamento populacional urbano e rural, continuidade das atividades econômicas, salvamento arqueológico, educação ambiental e estudos e controle de plantas aquáticas, assim como as atividades de monitoramento ambiental relativas à estabilidade das encostas marginais, lençol freático e qualidade da água subterrânea, clima, sismologia, ictiofauna e recursos pesqueiros, dentre outras.

Implantados 385 hectares de reflorestamentos com essências nativas e efetivados 27 contratos de Fomento Florestal, para uma área estimada de 178 hectares. Foram produzidas 2,5 milhões de mudas de essências florestais nativas e 636 aves silvestres nativas, parte de uma sistemática de ação ambiental integrada de conservação.

Concluídas as obras da Escada para Peixes da UHE Engenheiro Sérgio Motta que, junto com o Elevador para Peixes, obra inaugurada em 2000, constituem-se em sistema inédito de transposição para peixes no Brasil, que permitem aos peixes vencerem um desnível de 20 metros, favorecendo a procriação das espécies nativas do rio Paraná, permitindo a migração dos cardumes durante o período da piracema. Também foram produzidos 1,2 milhões de alevinos de espécies de peixes que ocorrem nos nossos reservatórios.

Foram desenvolvidas atividades referentes ao licenciamento ambiental dos empreendimentos, tendo sido obtida a licença de operação do reassentamento rural de Três Lagoas, a renovação da licença de instalação do reassentamento de Nova Porto João André e a licença de operação do circuito 2 da linha de transmissão Porto Primavera - Taquaruçu.

Tiveram início em 2001 os trabalhos para implantação do Sistema de Gestão Ambiental - SGA, técnica através da qual a empresa aperfeiçoará as relações entre suas atividades e o meio ambiente. Na primeira etapa foi realizado um Diagnóstico Ambiental que apontou os fatores significativos que causam impacto ao meio ambiente, de maneira a promover uma destinação ambientalmente adequada aos mesmos. O SGA, juntamente com a "Política de Meio Ambiente", já implantada, é mais um passo para a obtenção da certificação pela norma NBR ISO 14001 e estabelece um padrão de gerenciamento das atividades empresariais da CESP, assegurando que os princípios da conservação ambiental estejam presentes em todas as fases dos seus empreendimentos.

ATUAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA

ÁREA DE INFLUÊNCIA DAS USINAS

ENGENHEIRO SÉRGIO MOTTA (PORTO PRIMAVERA)

Parte integrante do empreendimento da Usina Hidrelétrica, a cidade de Primavera - SP, construída a partir de 1980 para abrigar e fornecer estrutura social, cultural, econômica e lazer aos empregados da CESP e moradores, formalizou em 13 de novembro de 2001, sua transferência à Prefeitura Municipal de Rosana, através de Termo de Transferência celebrado entre a CESP e aquela municipalidade. Através do documento, a CESP transfere à Prefeitura de Rosana - SP a administração dos serviços, dos bens móveis e imóveis e dos equipamentos de caráter e vocação pública e comunitária da cidade de Primavera.

Para atendimento à saúde de seus moradores, a CESP construiu na cidade de Primavera, hospital com 75 leitos e uma equipe de 16 médicos especialistas, equipe de enfermeiros, auxiliares de enfermagem, fisioterapeutas, operadores de raio X, berçário, banco de leite, enfermaria e salas de cirurgia; hospital este que também teve sua transferência efetivada para a Prefeitura Municipal de Rosana, através de Convênio firmado em 24 de agosto de 2001.

O Programa de Formação, Recapacitação e Requalificação de Mão-de-Obra, que objetiva amenizar o quadro de falta de empregos e aumentar a renda familiar das famílias impactadas pelo enchimento dos reservatórios, foi mantido em 2001, tendo beneficiado até dezembro, 21.035 participantes de 22 municípios nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Devido à grande demanda verificada e ao sucesso obtido, foi aprovada a formalização de Convênio com a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo para continuidade do programa em 2002, medida também adotada em Mato Grosso do Sul.

Foram realizadas diversas obras nos municípios afetados pela formação do reservatório, de natureza mitigatória (pontes, travessias, reassentamentos populacionais, proteção de encostas, realocação de estruturas, áreas de lazer etc.), e de natureza compensatória (estradas, escolas, centros comunitários e de convivência, matadouros, incubadoras industriais etc.). Podem ser destacadas as seguintes obras: execução das obras de infra-estrutura e de meso-estrutura da Ponte sobre o rio Paraná, interligando Paulicéia - SP à Brasilândia - MS, obra que consumiu 13.000 m³ de concreto utilizados nos 52 pilares e 33 vigas travessas; sistema de captação e tratamento de esgoto em Panorama - SP; travessias sobre os córregos Cateto, em Anaurilândia - MS, e Taquari, em Brasilândia - MS.

Está prevista a execução dos projetos relativos às obras mitigatórias e compensatórias situadas no reservatório de Porto Primavera, ressaltando-se o reassentamento populacional de Nova Porto João André (composto de casas, creche, posto de saúde, posto policial, igrejas, centro comunitário, lotes comerciais, além de sistema viário e rotatória); e áreas de lazer em Presidente Epitácio - SP, Panorama - SP e Anaurilândia - MS.

TRÊS IRMÃOS

Na área de influência do reservatório do Aproveitamento Múltiplo de Três Irmãos, merecem destaque:

- A conclusão das obras da Creche e Escola Menino Jesus, compreendendo a demolição do prédio antigo e a construção de quatro novos blocos, com uma área construída total de 1.281 m², abrigando administração, dormitórios, sanitários, lactário, salas de convivência, refeitório e cozinha. A creche-escola atende 105 crianças, com idade entre 0 e 6 anos, e o seu projeto, desenvolvido com recursos próprios, procurou preservar a fachada original, com estrutura em arcadas;
- A reforma do Centro de Educação Monteiro Lobato, num total de 506 m² de área construída, com substituição de pisos, construção de muro, recuperação da rede hidráulica e da estrutura de madeira da cobertura e pintura em geral. O centro atende 110 crianças e adolescentes, com idade variando entre 6 e 15 anos;
- A construção de galerias de águas pluviais em diversos bairros da cidade, com 7.400 metros de tubulações e 282 bueiros; diversas obras relacionadas com o sistema de abastecimento de água e de tratamento de esgoto da cidade;
- O recapeamento e pavimentação de ruas e avenidas, num total de aproximadamente 29.000 m².

Foram realizadas as obras de recuperação das travessias sobre os córregos Azul e Escondido, em Santo Antônio do Aracanguá - SP e córregos Cebola e Positivista, em Lavínia - SP, utilizados para passagem de gado, transporte escolar e outros. Para substituição das estruturas antigas danificadas foram executadas novas galerias celulares de concreto.

JUPIÁ

A CESP obteve, junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, a Licença de Operação nº 111/2001 para o Reassentamento Rural de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, com área de 765,81 hectares, na Fazenda Buriti.

INSTITUTO CRIANÇA CIDADÃ - ICC

A CESP é a principal mantenedora do Instituto Criança Cidadã - ICC, entidade sem fins lucrativos que desenvolve um trabalho educacional com quase 9 mil crianças e adolescentes que vivem na periferia dos municípios de São Paulo e Guarulhos. O ICC também desenvolve projetos de geração de renda direcionados às famílias desses jovens.

Como resultado de sua atuação socialmente responsável, a CESP é reconhecida como Empresa Amiga da Criança, pelo 7º ano consecutivo, sendo autorizada a usar o selo emitido pela Associação Abrinq.

PROGRAMA DE VISITAS ÀS INSTALAÇÕES DA CESP

Cerca de 41.000 mil visitantes, entre estudantes, técnicos e turistas, foram recepcionados em unidades da CESP durante o ano de 2001, principalmente, nas usinas da empresa onde se pode acompanhar o processo de produção de energia elétrica de origem hidráulica, os aspectos sobre conservação de energia e atividades relacionadas ao meio ambiente. Trata-se de um trabalho educacional e técnico de atendimento à comunidade.

APOIO INSTITUCIONAL

Entre os eventos e entidades aos quais a CESP deu apoio institucional e financeiro para o desenvolvimento de atividades sociais e educacionais, estão: Concurso Olhar Solidário, do Fundo Social de Solidariedade; Natal Nacional, evento de apoio a entidades de atendimento à população carente e a excepcionais promovido pelo Condomínio Conjunto Nacional na Avenida Paulista, na cidade de São Paulo; O Estatuto da Cidade e da Casa Própria, promovido pela Social Democracia

Sindical; 27º Festival de Música Popular Brasileira de Ilha Solteira, promovido pela prefeitura daquela cidade; Feira da Indústria e Comércio de Primavera e Rosana, promovida pela Prefeitura de Rosana e Festa Junina Beneficente da Estação Especial da Lapa, mantida pelo Fundo Social de Solidariedade.

PARTICIPAÇÃO NO PROJETO POMAR

A CESP formalizou com a Secretaria de Meio Ambiente compromisso para participação no Projeto Pomar, que visa a implantação e manutenção, por cinco anos, de projeto de paisagismo às margens do rio Pinheiros, no município de São Paulo.

INCENTIVO À PRODUÇÃO DE MADEIRA DE LEI NO ESTADO

A CESP participou do lançamento do Programa de Incentivo à Produção de Madeira de Lei no Estado de São Paulo, em setembro, no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo do Estado. A Empresa tem participado ativamente do programa, com previsão de plantio de 88 hectares em áreas de reserva dos seus empreendimentos rurais, em associação com os beneficiários.

INVESTIMENTO EM RECURSOS HUMANOS

TREINAMENTO PARA CHEFIAS BÁSICAS

A CESP retomou em 2001 o programa de Desenvolvimento para Chefiadas Básicas, destinado à preparação de cerca de 220 empregados para desempenhar o papel de supervisão, atender e superar os resultados empresariais esperados pela organização. O treinamento, realizado de forma descentralizada, é composto de cinco módulos, dos quais dois estão concluídos.

CERTIFICAÇÃO DE OPERADORES

A CESP foi a primeira empresa do setor elétrico brasileiro a concluir a certificação dos operadores e despachantes de suas usinas, junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. A certificação, recomendada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, alcançou 132 empregados.

FORMAÇÃO INDIVIDUAL

A CESP concede bolsa de estudo para empregados que estudam em cursos pagos regulares de primeiro, segundo ou terceiro grau, desde que comprovem matrícula, frequência e aprovação nesses cursos durante o ano. O subsídio é parcial e o cálculo leva em conta o salário e o número de dependentes do empregado, o valor das mensalidades pagas e a prioridade do curso em relação às atividades desenvolvidas.

MERCADO DE CAPITAIS

A CESP concretizou, em fevereiro de 2001, a operação de lançamento de títulos, dentro de um programa de Notas de Médio Prazo de US\$ 500 milhões. A operação, que marcou o retorno da CESP ao mercado internacional de papéis, foi coordenada pelos bancos Finantia e pelo WestLB. Os recursos levantados com a operação destinaram-se à liquidação, em 10 de maio de 2001, do bônus lançado no mercado europeu em 6 de maio de 1996.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

A Demonstração do Resultado do exercício de 2001 é a primeira que reflete somente as operações da CESP (remanescente) em condições de comparabilidade com o exercício anterior, períodos em que a CESP operou exclusivamente como geradora.

Entretanto, é necessário considerar que, conforme Nota explicativa 2 das Demonstrações Contábeis deste exercício, há reflexos no Ativo, Passivo e Demonstração de Resultado, decorrentes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.

A Receita Operacional de 2001, desconsiderados os efeitos do racionamento e do Acordo Geral do Setor Elétrico de R\$ 440 milhões, alcança R\$ 1.835 milhões. Este valor contempla receitas obtidas por variações positivas no mercado de curto prazo, refletidas no fechamento processado pelo MAE, da ordem de R\$ 153 milhões.

Conforme pode ser verificado na Nota 23.2, as Receitas Operacionais de 2001, diretamente relacionadas aos Contratos de longo prazo firmados pela Companhia, alcançaram R\$ 1.582 milhões de suprimento a Distribuidores e R\$ 102 milhões de fornecimento a Consumidores, totalizando R\$ 1.684 milhões, que representam um crescimento de 22% sobre 2000 (excluída a exposição ao MAE), refletindo o aumento da quantidade física bem como os reajustes tarifários homologados pela ANEEL.

As Deduções à Receita Operacional incluem R\$ 21 milhões a título de COFINS e PIS sobre a receita adicional, contabilizada em observância às Resoluções da ANEEL.

As Despesas Operacionais de 2001, por sua vez, incluem R\$ 466 milhões de energia de geradores livres e acordo de reembolso (Notas 2.1 e 2.2); incluem ainda, R\$ 299 milhões decorrentes de exposições negativas no mercado de curto prazo, refletidas no fechamento processado pelo MAE (Nota 2.4). Com as novas unidades geradoras colocadas em operação na Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta em 2001, e com a entrada em operação da 12ª unidade em 30 de janeiro de 2002, a CESP torna-se auto-suficiente em relação a seus compromissos contratuais.

As Despesas Operacionais de 2001 guardam proporção com as do ano de 2000, à exceção das despesas com material e serviços de terceiros, que foram reduzidas em cerca de R\$ 11 milhões e a depreciação que reflete um aumento pela entrada em serviço das novas unidades de geração. O item Outras despesas cresce pelo registro de provisões operacionais.

O Resultado do Serviço atingiu R\$ 615 milhões, superando em 4,4% o ano de 2000. A geração interna de recursos, da ordem de R\$ 1.023 milhões, apresentou-se 6,6% superior, comparativamente aos R\$ 960 milhões do exercício anterior.

A Receita Financeira decresce basicamente em decorrência da diminuição das Disponibilidades. A Despesa Financeira, conforme pode ser observado na Nota 24, foi onerada por tributos (COFINS/PIS) que, pela legislação atual, incidiu sobre R\$ 1.280 milhões de Variações Cambiais positivas.

A Nota 16.4 demonstra as variações monetárias e cambiais a que esteve exposta a Companhia, de modo que a significativa desvalorização do real frente ao dólar norte-americano e outras moedas, refletiu cerca de R\$ 1.054 milhões como variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos e cerca de R\$ 544 milhões como encargos sobre dívidas em moeda estrangeira.

Decorrente de suas operações e dos eventos comentados, a Companhia encerrou o exercício com Prejuízo de R\$ 813 milhões, após a apropriação dos créditos de imposto de renda e contribuição social.

PROJETOS PARA ANOS SEGUINTE

Entre as ações que terão continuidade ou serão desenvolvidas, destacamos:

- Conclusão da montagem das unidades geradoras 13 e 14 da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), com a entrada em operação comercial prevista para outubro de 2002 e novembro de 2003, respectivamente;
- Conclusão de obras relacionadas com o reservatório da Usina Engenheiro Sérgio Motta relativas ao reassentamento de Nova Porto João André; sistema de esgoto da Vila Jupia; construção da estrada de ligação entre Bataguassu e Santa Rita do Pardo, no Estado de Mato Grosso do Sul; realocação dos portos fluviais de Panorama e Presidente Epitácio; área de lazer Parque do Povo, em Panorama; drenagem pluvial da rua Rio Branco, em Presidente Epitácio, no Estado de São Paulo;
- Projetos sobre Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH's de propriedade da CESP, cujos ativos já foram inventariados, com vistas à futura exploração;
- Implementação do Modelo de Apoio à Decisão Estratégica com o objetivo de subsidiar decisões operacionais vinculadas a estratégias de valorização da Empresa, tais como: viabilização de empreendimentos de geração; renovação de Contratos Iniciais; estabelecimento de novos contratos de compra e venda de energia; propostas a consumidores livres;
- Estudo coordenado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS referente à Recomposição do Sistema das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, tendo como base a implantação da Linha de Transmissão 440 kV Taquaruçu-Assis e Assis-Sumaré;
- Análise e montagem de Bancos de Dados para o Modelo NEWAVE, para o acompanhamento das alterações ocorridas no Plano Decenal da Expansão do CCPE/CAET;
- Avaliação de consultas referentes à alocação e venda de energia livre a médio prazo.
- Após superadas as dificuldades para desembaraçar as questões condominiais relativas ao Condomínio formado pelos Edifícios Sede I e II e pelo Shopping Center 3, na Avenida Paulista, na cidade de São Paulo, tiveram início, em março de 2001, as obras de reforma e reconstrução dos edifícios, prevendo-se a sua conclusão para 2004.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000
(Valores em milhares de reais)

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e bancos.....	7.630	15.826
Aplicações financeiras.....	-	469.716
Consumidores.....	26.812	26.808
Revendedores.....	357.735	207.269
Valores a receber - energia.....	298.676	-
Valores a receber	20.661	66.061
Outros créditos.....	27.668	47.053
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(42.700)	(24.299)
Tributos e contribuições compensáveis.....	35.603	94.490
Cauções e depósitos vinculados.....	24.043	17.380
Almoxarifado.....	8.862	8.073
Despesas pagas antecipadamente.....	6.104	116
	<u>771.094</u>	<u>928.493</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Valores a receber - energia.....	291.243	-
Valores a receber	497.300	491.122
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	776.420	358.836
Tributos e contribuições compensáveis.....	8.702	-
Cauções e depósitos vinculados.....	-	32.888
Outros créditos.....	67.775	58.971
Despesas pagas antecipadamente.....	7.603	-
	<u>1.649.043</u>	<u>941.817</u>
PERMANENTE		
Investimentos.....	50.220	71.130
Imobilizado		
Em serviço.....	16.215.892	15.232.833
Em curso.....	1.695.318	2.384.504
	<u>17.911.210</u>	<u>17.617.337</u>
	<u>17.961.430</u>	<u>17.688.467</u>
TOTAL	<u><u>20.381.567</u></u>	<u><u>19.558.777</u></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante destes balanços

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000
(Valores em milhares de reais)

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores.....	79.532	147.949
Supridores de energia elétrica.....	37.017	45.590
Folha de pagamento.....	868	2.153
Tributos e contribuições sociais.....	50.989	19.944
Tributos e contribuições sociais - REFIS.....	18.057	17.866
Encargos de dívidas.....	99.875	111.983
Empréstimos e financiamentos.....	955.939	1.638.755
Valores a pagar - energia.....	749.606	-
Valores a pagar.....	52.688	46.776
Obrigações estimadas - Folha de pagamento.....	11.590	10.170
Provisão para contingências.....	297.243	263.032
Taxas regulamentares.....	49.811	40.262
Juros sobre o capital próprio e Dividendos.....	1.759	1.772
Outros.....	38.661	105.846
	<u>2.443.635</u>	<u>2.452.098</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos e financiamentos.....	7.183.252	5.565.328
Valores a pagar - energia.....	14.908	-
Valores a pagar.....	557.060	548.121
Tributos e contribuições sociais.....	11.318	13.957
Tributos e contribuições sociais - REFIS.....	258.183	253.515
Taxas regulamentares.....	1.357	17.636
	<u>8.026.078</u>	<u>6.398.557</u>
Obrigações vinculadas à concessão.....	15.481	15.481
	<u>8.041.559</u>	<u>6.414.038</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	2.655.433	2.655.433
Reservas de capital.....	5.542.119	5.542.119
Reservas de lucros.....	1.537.007	1.599.604
Lucros acumulados.....	161.814	895.485
	<u>9.896.373</u>	<u>10.692.641</u>
TOTAL	<u>20.381.567</u>	<u>19.558.777</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante destes balanços

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000
(Valores em milhares de reais)**

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia.....	101.965	97.626
Recomposição tarifária extraordinária.....	17.132	-
Suprimento de energia.....	1.732.360	1.336.118
Energia de geradores livres/Acordo geradores	422.707	-
Outras receitas.....	365	1.797
	<u>2.274.529</u>	<u>1.435.541</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(56.853)	(37.225)
ICMS s/ fornecimento de energia.....	(21.329)	(17.569)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(68.217)	(43.079)
PIS s/ receitas operacionais.....	(14.781)	(9.315)
	<u>(161.180)</u>	<u>(107.188)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	<u>2.113.349</u>	<u>1.328.353</u>
DESPESA OPERACIONAL		
Pessoal.....	(82.953)	(81.164)
Remuneração dos administradores.....	(558)	(780)
Déficit atuarial - Fundação CESP.....	-	(16.017)
Material.....	(6.789)	(11.058)
Serviços de terceiros.....	(41.333)	(47.615)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(51.556)	(40.221)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC.....	(11.869)	(11.906)
Energia comprada para revenda.....	(356.396)	(98.592)
Energia de geradores livres/Acordo geradores.....	(465.548)	-
Encargos de uso da rede elétrica.....	(30.361)	(28.931)
Depreciação	(408.298)	(371.097)
Outras despesas.....	(42.915)	(32.112)
	<u>(1.498.576)</u>	<u>(739.493)</u>
RESULTADO DO SERVIÇO.....	<u>614.773</u>	<u>588.860</u>
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA		
Receita.....	154.018	282.571
Despesa		
Encargos de dívidas.....	(598.912)	(538.706)
Outras.....	(153.368)	(115.916)
Variações monetárias e cambiais líquidas.....	(1.240.071)	(524.303)
	<u>(1.992.351)</u>	<u>(1.178.925)</u>
	<u>(1.838.333)</u>	<u>(896.354)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL.....	<u>(1.223.560)</u>	<u>(307.494)</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....	<u>(7.343)</u>	<u>(335.206)</u>
PREJUÍZO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA.....	<u>(1.230.903)</u>	<u>(642.700)</u>
Contribuição social diferida.....	98.219	58.233
Imposto de renda diferido.....	319.365	170.168
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO.....	<u>(813.319)</u>	<u>(414.299)</u>
Prejuízo por lote de mil ações - R\$.....	<u>(8,68)</u>	<u>(4,42)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante desta demonstração

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000**
(Valores em milhares de reais)

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
ORIGENS		
Das operações		
Prejuízo do exercício.....	(813.319)	(414.299)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação.....	408.298	371.097
Variações monetárias e cambiais de itens de longo prazo	970.103	391.310
Baixas de investimentos por alienação.....	14.207	3.696
Baixas do ativo imobilizado.....	12.632	14.139
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(417.584)	(223.222)
Outras.....	3.718	2.242
	<u>178.055</u>	<u>144.963</u>
De terceiros		
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	1.550.657	547.713
Transferência do circulante para o exigível a longo prazo.....	4.643	339.798
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante.....	71.178	72.429
Parcelamento de tributos e contribuições sociais	-	6.560
Liberação depósitos judiciais.....	33.280	545.836
Déficit atuarial - Fundação CESP.....	-	15.070
	<u>1.659.758</u>	<u>1.527.406</u>
Total das origens	<u>1.837.813</u>	<u>1.672.369</u>
APLICAÇÕES		
Aquisições do imobilizado	606.227	1.037.020
Aumento do realizável a longo prazo.....	298.088	57.400
Encargos financeiros e efeitos inflacionários de longo prazo alocados ao imobilizado.....	35.668	18.012
Transferência de empréstimos a longo prazo para o circulante	976.544	1.623.371
Transferência de outros exigíveis a longo prazo para o circulante	70.222	83.795
Total das aplicações	<u>1.986.749</u>	<u>2.819.598</u>
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO NEGATIVO.....	<u>(148.936)</u>	<u>(1.147.229)</u>
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO NEGATIVO		
Ativo circulante		
No início do período.....	928.493	1.784.066
No fim do período.....	771.094	928.493
Redução do ativo circulante	<u>(157.399)</u>	<u>(855.573)</u>
Passivo circulante		
No início do período.....	2.452.098	2.160.442
No fim do período.....	2.443.635	2.452.098
Aumento (redução) do passivo circulante	<u>(8.463)</u>	<u>291.656</u>
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO NEGATIVO.....	<u>(148.936)</u>	<u>(1.147.229)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante desta demonstração

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000**
(Valores em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
		CAPITAL	LUCROS		
Saldos em 31 de dezembro de 1999.....	2.655.433	5.539.288	1.662.268	930.956	10.787.945
Incentivos fiscais.....	-	2.831	-	-	2.831
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	-	-	-	316.164	316.164
Realização de reserva de lucros a realizar.....	-	-	(62.664)	62.664	-
Prejuízo do exercício.....	-	-	-	(414.299)	(414.299)
Saldos em 31 de dezembro de 2000	2.655.433	5.542.119	1.599.604	895.485	10.692.641
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	(62.597)	62.597	-
Superávit técnico Fundação CESP - Deliberação CVM nº 371/00....	-	-	-	17.051	17.051
Prejuízo do exercício.....	-	-	-	(813.319)	(813.319)
Saldos em 31 de dezembro de 2001.....	2.655.433	5.542.119	1.537.007	161.814	9.896.373

As notas explicativas anexas são parte integrante desta demonstração

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo e suas ações são negociadas principalmente na Bolsa de Valores de São Paulo. A Companhia tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica.

Após a cisão parcial, ocorrida em 31 de março de 1999, remanesceram com a CESP as usinas de Ilha Solteira, Três Irmãos, Jupia, Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), Jaguari e Paraibuna, que representam um expressivo parque gerador instalado de **7.126 MW** (Nota 13.4), correspondente a aproximadamente 57% da potência instalada no Estado de São Paulo. A Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), com obras em andamento, tem potência original prevista de 1.814 MW, distribuída por 18 unidades geradoras, de potência nominal de 101 MW cada uma. Já haviam sido instalados 806 MW (3 unidades em 1999 e 5 unidades em 2000), tendo-se instalado 3 unidades (303 MW) nos meses de abril, julho e outubro de 2001, totalizando 1.109 MW instalados de capacidade nominal.

A partir de julho de 2001, a Companhia otimizou a capacidade de geração da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, passando a operar todas as unidades instaladas na potência de 110 MW cada máquina, elevando a capacidade instalada da usina, tendo alcançado 1.210 MW com as 11 máquinas.

A CESP também mantém outras atividades operacionais, tais como eclusagem no âmbito da Hidrovia Tietê-Paraná, florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações. Como concessionária de serviço público de energia elétrica, a CESP tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e opera suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Da receita operacional da Companhia, 94,42% (93,07% em 2000) são provenientes de suprimento de energia elétrica a concessionárias, excluindo-se as receitas relacionadas à recomposição tarifária e venda de energia de geração livre. Os principais clientes são: Eletropaulo - Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (ELETROPAULO); Bandeirante Energia S.A. (BANDEIRANTE); Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL); ELEKTRO - Eletricidade e Serviços S.A. (ELEKTRO); e Companhia Piratininga de Força e Luz (PIRATININGA), criada em 2001 no processo de reestruturação patrimonial e societária da BANDEIRANTE.

2. ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO

Dando cumprimento à determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as presentes Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas contendo o resultado do processamento do movimento de energia elétrica no país, divulgado pelo Mercado Atacadista de Energia (MAE), em 13 de março de 2002.

Necessário ressaltar que, conforme consta do comunicado do MAE, os demonstrativos divulgados *têm caráter preliminar e contêm os melhores números para se proceder ao registro contábil-financeiro*, os quais estão sendo utilizados apenas para este fim.

Como é do amplo conhecimento do mercado, o Setor Elétrico Brasileiro foi submetido, em 2001, a um Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica, tendo sido criada pelo Governo Federal a Câmara de

Gestão da Crise de Energia Elétrica para administrar programas de ajuste de demanda, coordenar esforços para aumento da oferta e implementar medidas de caráter emergencial.

Nesse período de excepcionalidade, a aplicação comercial das regras de mercado traria conseqüências irreparáveis aos agentes do mercado de energia elétrica, motivo pelo qual exigiu-se o esforço da sociedade, das autoridades governamentais, do Poder Concedente e de todos os agentes do Setor Elétrico Nacional.

Ao final do ano de 2001, alcançou-se o Acordo Geral do Setor Elétrico entre Geradoras, Distribuidoras e o Governo Federal, atuando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES como agente financiador. O Acordo assumido foi operacionalizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que estabeleceu, em Resoluções, os procedimentos contábeis necessários a refletir o Acordo e diversas outras decisões do Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

As Demonstrações Contábeis obedecem estritamente as resoluções da ANEEL e possuem os seguintes valores contabilizados relativos a este período de excepcionalidade:

		2001				
		RECEITAS				
		ENERGIA DE GERADORES LIVRES	ACORDO DE REEMBOLSO	ENERGIA DE CURTO PRAZO	RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA	TOTAL
ATIVO						
Valores a Receber - energia						
	Circulante - Fechamento MAE 2001.....	-	-	153.055	-	153.055
	Circulante.....	133.448	7.454	-	4.719	145.621
	Realizável a longo prazo.....	266.897	14.908	-	9.438	291.243
		<u>400.345</u>	<u>22.362</u>	<u>153.055</u>	<u>14.157</u>	<u>589.919</u>
		DESPESAS				
		ENERGIA DE GERADORES LIVRES	ACORDO DE REEMBOLSO	ENERGIA DE CURTO PRAZO	TOTAL	
PASSIVO						
Valores a Pagar - energia						
	Circulante - Fechamento MAE 2001.....	-	-	145.170	145.170	
	Circulante - Parcela MAE/ABRAGE 2001	-	-	153.796	153.796	
	Circulante.....	443.186	7.454	-	450.640	
	Exigível a longo Prazo.....	-	14.908	-	14.908	
		<u>443.186</u>	<u>22.362</u>	<u>298.966</u>	<u>764.514</u>	

2.1. Energia Livre

Em vista das condições hidrológicas desfavoráveis e do baixo nível de armazenamento dos reservatórios de várias regiões do país, entre elas a região Sudeste onde se encontra a CESP, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS restringiu a geração de origem hidráulica e acionou os Geradores Livres (produtores que dispunham de energia não comprometida em Contratos), principalmente de origem térmica.

Esses Geradores Livres são remunerados integralmente pelos preços praticados pelo Mercado Atacadista de Energia - MAE e este custo foi dividido entre os geradores do sistema, proporcionalmente à Energia Assegurada de cada um deles, sendo que a CESP responde por cerca de 12% da Energia Assegurada do país.

De acordo com os demonstrativos divulgados em 13 de março de 2002 pelo MAE, com as ressalvas já mencionadas quanto ao seu caráter preliminar, coube à CESP a responsabilidade pela parcela de R\$ 443.186. Este valor foi registrado em conta de Resultado como Despesa e encontra-se integralmente registrado no Passivo Circulante.

Considerando que parte desse valor, ou seja, R\$ 400.345, será paga por conta de recursos futuros, que virão mensalmente dos Distribuidores de Energia Elétrica, em decorrência da Recomposição Tarifária Extraordinária, prevista nas Medidas Provisórias nº 2.198-5, de 24 de agosto de 2001, enº 14, de 21 de dezembro de 2001, esta parcela foi registrada em conta de Resultado como Receita e em contas do Ativo, sendo R\$ 133.448 no Circulante e R\$ 266.897 no Realizável a Longo Prazo.

Em termos práticos, entretanto, os Geradores Livres receberão à vista, sendo que a parcela de R\$ 400.345 será paga da seguinte forma: 90% mediante recursos que advirão do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; 10% utilizando-se recursos da CESP. O pagamento só ocorrerá após os montantes envolvidos terem sido homologados pela ANEEL.

A diferença, R\$ 42.841, após homologada, será paga diretamente pela CESP e representa a quantidade de energia livre, limitada ao preço médio de R\$ 49,26 (quarenta e nove reais e vinte e seis centavos) por MWh, tendo remanescido como Despesa do exercício.

2.2. Acordo de Reembolso

Considerando que a CESP atende, diretamente, consumidores finais, estes já se encontram onerados em suas tarifas por conta da Recomposição Tarifária Extraordinária. Assim a CESP, na parcela que atua como Distribuidora, recebeu o mesmo tratamento, e foi abrangida pelo Acordo de Reembolso, cabendo à CESP a parcela de R\$ 22.362.

O Acordo de Reembolso prevê que os consumidores gerarão recursos adicionais que as Distribuidoras repassarão às Geradoras para que cumpram seus compromissos com o BNDES. Prevê, ainda, que os recursos oriundos da Recomposição Tarifária Extraordinária vigorarão por um período estimado de 3 anos, de modo que a parcela de R\$ 22.362 foi contabilizada como Receita em contra-partida à contas do Ativo, sendo R\$ 7.454 no Ativo Circulante e R\$ 14.908 no Realizável a Longo Prazo. À medida que ingressarem os recursos, os mesmos serão transferidos aos Geradores, de modo que a mesma parcela foi registrada como Despesa em contra-partida à contas do Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, pelos mesmos valores do Ativo.

2.3. Recomposição Tarifária Extraordinária

Cumprindo o Acordo Geral do Setor Elétrico previsto na Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, a CESP apurou o valor de R\$ 14.157 como o montante necessário a recompor sua receita no período do racionamento, relativa ao fornecimento de energia aos consumidores finais diretamente atendidos por ela, observada a metodologia prevista na Resolução ANEEL nº 31/2002.

Esta recomposição refere-se às perdas resultantes do Programa Emergencial de Consumo de Energia Elétrica no fornecimento de energia a consumidores finais através de aumento tarifário da ordem de 7,9%, no caso da Companhia. Este aumento vigorará pelo prazo necessário para que a Companhia recupere as perdas incorridas durante o período de redução do consumo de energia e sua Administração estima que este montante deverá ser realizado num prazo de 36 meses, a partir de 27 de dezembro de 2001. Essas perdas são determinadas com base na comparação das receitas de venda de energia efetivamente verificadas no período compreendido entre 1º de junho de 2001 e a data de término do programa de redução de energia e as receitas que haviam sido projetadas pela Companhia para esse período, ajustadas por certos fatores, desconsiderando-se a ocorrência do plano de racionamento. Os cálculos dessas perdas estão sujeitos à revisão e homologação pela ANEEL, o que deverá ocorrer em 2002.

No Acordo o montante apurado está contabilizado como Receita em contra-partida a Valores a Receber, R\$ 4.719 no Ativo Circulante e R\$ 9.438 no Realizável a Longo Prazo.

2.4. Energia de Curto Prazo

Representa as variações apuradas mensalmente, resultantes do balanço processado no âmbito do MAE, entre compromissos assumidos pela Companhia com seu mercado e demais Agentes do MAE versus o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

As variações positivas da Companhia são tratadas como Receita e atingiram R\$ 153.055.

A CESP pleiteia o reconhecimento de crédito decorrente do ganho de produção nas unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), conforme Ofício ANEEL nº 28/2000-SRG, que, de

julho a dezembro de 2001, pelos cálculos da Companhia, estima-se em aproximadamente R\$ 70 milhões a seu favor.

As variações negativas (exposições) são tratadas como Despesa e atingiram R\$ 298.966. Parte das variações negativas - no caso da CESP a parcela de R\$ 153.796, demonstrada na Nota 23.3 Energia Comprada como "Parcela MAE/ABRAGE - 2001" - foi formalmente questionada pela coletividade dos Geradores representados pela ABRAGE - Associação Brasileira das Grandes Geradoras de Energia Elétrica, em reunião realizada no último dia 20 de março de 2002, com representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Conselho do Mercado Atacadista de Energia - COMAE, que integram o Comitê de Revitalização do Setor Elétrico. Na reunião foi decidido que a controvérsia será solucionada entre as partes, em até 30 dias a partir daquela data, mediante análise detalhada do tratamento a que foi ou deve ser submetida tal parcela, sendo que a decisão final será da Câmara de Gestão da Crise de Energia - CGE.

2.5. Compensação da Variação de Valores de Itens da Parcela "A"

Adicionalmente ao quadro que se encontra no início desta Nota, considere-se o valor das variações da Parcela "A", referentes a custos não gerenciáveis incorridos durante o ano de 2001, calculados na forma da Portaria Interministerial nº 25/2002 e Resoluções ANEEL nº 72/2002 e 90/2002, que montam a R\$ 13.595. Deste valor, R\$ 5.992 estão apropriados no Ativo Circulante como Despesas Pagas Antecipadamente, já que serão contempladas quando do próximo reajuste a ser concedido às tarifas de fornecimento a consumidores finais atendidos diretamente pela CESP, previsto para dezembro de 2002 e o restante, R\$ 7.603 estão registrados como Realizável a Longo Prazo - Despesas Pagas Antecipadamente e serão compensados através da Recomposição Tarifária Extraordinária prevista nas Medidas Provisórias nº 2.198-5, de 24 de agosto de 2001, e nº 14, de 21 de dezembro de 2001.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, na forma da Legislação Societária Brasileira, conjugada com a legislação específica aplicável às concessionárias de Serviço Público de Energia Elétrica, emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e com as instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As Demonstrações Contábeis contemplam a correção monetária do ativo permanente, das obrigações vinculadas à concessão e do patrimônio líquido até 31 de dezembro de 1995, conforme legislação vigente.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo, através da Resolução nº 444 de 26 de outubro de 2001, um documento denominado "Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica", contendo o Plano de Contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras, resultando em alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002. As Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2001 e 2000 não refletem quaisquer reclassificações para estarem de acordo com o novo plano de contas.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b. Consumidores e Revendedores

As contas a receber incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica faturados, contabilizados de acordo com o regime de competência, além dos acréscimos moratórios, quando aplicáveis.

c. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir possíveis perdas na realização de créditos a receber.

d. Almoxarifado

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio de aquisição e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras), ao custo de aquisição.

e. Investimentos

As participações societárias minoritárias em empresas e outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

f. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, incluindo a Correção Monetária Complementar - CMC, Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991. A depreciação foi calculada pelo método linear, de acordo com as taxas anuais fixadas pelo Poder Concedente, determinadas pela Resolução ANEEL nº 002, de 24 de dezembro de 1997, atualizada pela Resolução ANEEL nº 044, de 17 de março de 1999.

Em função do disposto nas Instruções Gerais nº 35 e 36 do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Mesmo procedimento foi adotado até 31 de dezembro de 1998 para os juros computados sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

Os Custos Indiretos de Obras em Andamento são apropriados mensalmente às imobilizações em curso, mediante rateio, limitados a 10% dos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, atribuíveis às obras em curso.

g. Empréstimos, financiamentos e outras obrigações

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pelas variações monetárias e cambiais, incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente.

Outras obrigações estão atualizadas com base nos indexadores aplicáveis, incluindo juros e demais encargos previstos legal ou contratualmente.

h. Outros direitos e obrigações

Os demais Ativos e Passivos Circulantes e de Longo Prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigido.

i. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

j. Provisões para Contingências

Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na Nota 18.

k. Planos de Benefícios pós aposentadoria

A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP. Os passivos atuariais foram calculados adotando o método de crédito unitário projetado, conforme previsto na Deliberação CVM nº 371/2000. As demais considerações relativas a esses planos estão descritas na Nota 26.

l. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

m. Estimativas

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas de contabilidade emanadas da legislação societária brasileira requer que a Administração da CESP se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A - CVA, provisão para créditos de liquidação duvidosa, créditos fiscais diferidos, recuperação dos saldos de ativos imobilizado, provisão para contingências e planos de aposentadoria e pensão, que estão discutidas nas Notas 2, 11, 18 e 26.

n. Prejuízo por Ação

Determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado em circulação na data do balanço.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Tipo de Aplicação	2001	2000
Banco Nossa Caixa S.A.....	CDB / CDI	-	469.716

6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	2001			2000	
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Total
Consumidores					
Industrial.....	7.762	-	-	7.762	26.808
Serviços Públicos.....	-	-	19.050	19.050	
	<u>7.762</u>	<u>-</u>	<u>19.050</u>	<u>26.812</u>	<u>26.808</u>
Revendedores					
Suprimento.....	302.764	3.834	30.076	336.674	207.269
Outros.....	8.596	1.410	11.055	21.061	-
	<u>311.360</u>	<u>5.244</u>	<u>41.131</u>	<u>357.735</u>	<u>207.269</u>
Total.....	<u>319.122</u>	<u>5.244</u>	<u>60.181</u>	<u>384.547</u>	<u>234.077</u>

A Companhia mantém registrada Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Consumidores/Revendedores no montante de R\$ 29.598.

7. VALORES A RECEBER

Devedor	Objeto	2001			2000
		Circulante	Longo Prazo	Total	Total
SECRETARIA DE					
ESTADO DOS	- Créditos Consolidados.....	9.085	489.582	498.667	530.797
NEGÓCIOS DA					
FAZENDA	- Contrato Financeiro	11.576	7.718	19.294	26.386
		<u>20.661</u>	<u>497.300</u>	<u>517.961</u>	<u>557.183</u>

7.1. Créditos Consolidados

Inclui saldo de R\$ 483.715 de contrato firmado em 17 de novembro de 2000, para recebimento em 120 parcelas mensais, e saldo de R\$ 14.952 de contrato firmado em 1º de dezembro de 2000, com amortização em 48 parcelas mensais. Ambos os contratos são corrigidos pelo IGP-M e juros de 6% a.a..

7.2. Contrato Financeiro

Contrato celebrado em 06 de agosto de 1999, cujos montantes são repassados mensalmente para a Fundação CESP. O contrato vem sendo amortizado em 48 parcelas mensais, corrigidas pela variação do IGP-M, acrescido de juros de 6% a.a. (Nota 17.2).

8. OUTROS CRÉDITOS - CIRCULANTE

	2001	2000
Devedores Diversos.....	11.178	25.819
Concessionárias de Energia.....	1.056	10.158
Fundação CESP.....	4.264	4.264
Outros.....	<u>11.170</u>	<u>6.812</u>
	<u>27.668</u>	<u>47.053</u>

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
CIRCULANTE		
Imposto de Renda (a).....	32.085	77.313
Contribuição Social (b).....	414	12.419
ICMS s/ Aquisições do Imobilizado (c).....	3.104	4.758
	<u>35.603</u>	<u>94.490</u>
LONGO PRAZO		
ICMS s/ Aquisições do Imobilizado (c).....	8.702	-
	<u>44.305</u>	<u>94.490</u>

(a) Refere-se a crédito de Imposto de Renda decorrente de recolhimento por estimativa em 1998 e de retenções sobre rendimentos de aplicações financeiras dos exercícios de 1998 a 2001.

(b) Refere-se a crédito de Contribuição Social sobre o Lucro decorrente de recolhimento por estimativa em 1998.

(c) Refere-se a crédito de ICMS sobre aquisições de materiais e equipamentos aplicados no ativo permanente, que são compensáveis com recolhimentos mensais à razão de 1/48, a partir de 1º de janeiro de 2001, conforme Lei Estadual nº 10.699, de 19 de dezembro de 2000.

10. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Ações Cíveis.....	15.512	7.219
Ações Trabalhistas.....	8.531	10.161
	<u>24.043</u>	<u>17.380</u>

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia, com base nas análises relativas às projeções operacionais plurianuais, considerando os cenários de mercado atacadista de energia, a entrada em operação das novas unidades geradoras e a recuperação do custo de construção incorrido e a incorrer da Usina Engenheiro Sérgio Motta, reconheceu os créditos tributários relativos ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro, bem como sobre as diferenças intertemporais, conforme Deliberação CVM nº 273/98.

Composição dos saldos:

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Imposto de Renda		
Prejuízos Fiscais.....	543.850	156.985
Diferenças Intertemporais.....	<u>72.638</u>	<u>140.138</u>
	<u>616.488</u>	<u>297.123</u>
Contribuição Social sobre o Lucro		
Base Negativa	146.649	22.286
Diferenças Intertemporais.....	<u>13.283</u>	<u>39.427</u>
	<u>159.932</u>	<u>61.713</u>
	<u><u>776.420</u></u>	<u><u>358.836</u></u>

O registro do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos está suportado em projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia, para os próximos 10 anos, conforme recomendado pelo Poder Concedente, visando determinar a recuperabilidade dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças intertemporais. Essas projeções adotam como premissas básicas o aumento das receitas em função da quantidade física de energia a ser colocada à disposição do mercado e reajustes tarifários futuros sobre energia suprida às distribuidoras, em contraposição à manutenção ou redução do nível de despesas operacionais e financeiras com conseqüente obtenção de resultados positivos. Essas projeções são periodicamente reavaliadas pela Administração da Companhia.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributários futuros, até o limite de 30% do resultado do exercício. Com base em projeções elaboradas pela Companhia, estima-se que a realização desses créditos fiscais ocorrerá num período de até 10 anos.

O quadro a seguir apresenta a reconciliação do crédito tributário acima demonstrado e o valor calculado pela aplicação de alíquota tributária real de 33% (25% de imposto de renda e 8% de contribuição social sobre o lucro) em 2001.

	Imposto de Renda		Contribuição Social s/ o Lucro	
	2001	2000	2001	2000
Prejuízo antes dos impostos	(1.230.903)	(642.700)	(1.230.903)	(642.700)
Créditos diferidos de IRPJ e CSL à alíquota nominal.....	307.726	160.675	98.472	51.416
Adições Permanentes:				
Doações.....	(551)	(230)	(176)	(73)
Multas.....	-	(7.477)	-	-
Outras.....	(416)	(315)	(130)	(97)
	<u>(967)</u>	<u>(8.022)</u>	<u>(306)</u>	<u>(170)</u>
Exclusões Permanentes:				
Crédito de terceiros p/quitação de encargos s/débitos - REFIS.....	-	-	-	5.179
Amortização de encargos inflacionários - Portaria 250/85.....	6.199	6.199	-	-
Remuneração das imobilizações em curso.....	6.162	5.665	-	-
Outras.....	245	5.651	53	1.808
	<u>12.606</u>	<u>17.515</u>	<u>53</u>	<u>6.987</u>
	<u>319.365</u>	<u>170.168</u>	<u>98.219</u>	<u>58.233</u>

12. INVESTIMENTOS

	2001	2000
Participações minoritárias em Empresas		
CPFL	859	15.066
FINAM.....	39.815	39.815
Outras.....	7.926	7.926
	<u>48.600</u>	<u>62.807</u>
Outros Investimentos.....	<u>1.620</u>	<u>8.323</u>
	<u>50.220</u>	<u>71.130</u>

13. ATIVO IMOBILIZADO

	2001		2000		2001
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Taxas Anuais Médias de Depreciação (%)
Em Serviço					
Geração.....	19.125.233	(3.018.386)	16.106.847	15.115.419	2,11
Administração.....	186.615	(77.570)	109.045	117.414	4,19
	<u>19.311.848</u>	<u>(3.095.956)</u>	<u>16.215.892</u>	<u>15.232.833</u>	
Em Curso					
Geração.....	1.679.975	-	1.679.975	2.379.320	
Administração.....	15.343	-	15.343	5.184	
	<u>1.695.318</u>	<u>-</u>	<u>1.695.318</u>	<u>2.384.504</u>	
	<u>21.007.166</u>	<u>(3.095.956)</u>	<u>17.911.210</u>	<u>17.617.337</u>	

Conforme Resolução nº 044, de 17 de março de 1999, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia elétrica passaram a ser, basicamente, de 2,0% a 8,3% para os bens vinculados à geração, transmissão e distribuição; 10,0% para móveis e utensílios e 20,0% para veículos.

Adicionalmente apresenta-se o imobilizado segregado por tipo de bens, com os comentários contidos nas Notas 13.1 e 13.2:

	2001			2000	
	Custo Corrigido	Remuneração e Encargos Financeiros durante a Construção	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Em Serviço					
Intangíveis	130	7	(67)	70	66
Terrenos.....	585.557	81.552	-	667.109	645.152
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	7.429.092	5.558.775	(1.762.323)	11.225.544	10.557.783
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias...	1.548.007	727.496	(720.552)	1.554.951	1.407.271
Máquinas e Equipamentos.....	2.265.185	1.094.407	(598.702)	2.760.890	2.613.168
Veículos.....	11.334	-	(9.970)	1.364	3.083
Móveis e Utensílios.....	10.306	-	(4.342)	5.964	6.310
	<u>11.849.611</u>	<u>7.462.237</u>	<u>(3.095.956)</u>	<u>16.215.892</u>	<u>15.232.833</u>
Em Curso.....	<u>1.348.333</u>	<u>346.985</u>	<u>-</u>	<u>1.695.318</u>	<u>2.384.504</u>
	<u>13.197.944</u>	<u>7.809.222</u>	<u>(3.095.956)</u>	<u>17.911.210</u>	<u>17.617.337</u>

13.1. Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários

De acordo com a Instrução Geral nº 36 do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram capitalizados no Ativo Imobilizado em Curso os seguintes valores:

	GERAÇÃO	
	2001	2000
Encargos financeiros contabilizados no resultado.....	601.211	543.012
(-) Transferência para o Imobilizado em curso.....	(23.855)	(21.777)
	<u>577.356</u>	<u>521.235</u>
Efeitos inflacionários e cambiais contabilizados no resultado.....	1.319.441	493.834
(-) Transferência para o Imobilizado em curso.....	(84.831)	(21.693)
	<u>1.234.610</u>	<u>472.141</u>

13.2. Obras em Andamento

A CESP mantém em construção, na bacia do rio Paraná, a Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) com as seguintes características:

Potência Total Prevista - MW.....	1.814
Número de Unidades Geradoras Previstas.....	18
Início das Obras.....	1980
Primeira Unidade em Operação.....	1999
Unidades em Operação - até 31 de dezembro de 2001 (Nota 1)....	11
Saldo Transferido para "Imobilizado em Serviço" até 31 de dezembro de 2001 - R\$ mil.....	11.411.968

13.3. Desapropriações

Determinadas propriedades necessárias à implementação dos projetos da Companhia, especificamente aquelas destinadas à construção de reservatórios ou outros empreendimentos ligados às suas atividades, foram desapropriadas de acordo com legislação específica e estão sujeitas a negociações com seus proprietários. Nos casos em que há dificuldade de se chegar a estimativas precisas de valor, seja pelo tempo necessário à obtenção das sentenças judiciais ou pela imprevisibilidade dos resultados das negociações, a Companhia registra o custo das desapropriações como parte do ativo imobilizado somente ao final do seu processo. Nos casos onde tal previsão é possível, a Companhia provisiona o custo das desapropriações em contrapartida ao ativo imobilizado, além de depósitos judiciais para garantia das ações registrados no imobilizado em curso.

Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia mantém registradas provisões estimadas no valor de R\$ 156.371 para fazer face aos custos relacionados às referidas desapropriações (Nota 18).

13.4. Lei das Concessões

Nos termos da legislação de concessões, regulamentadas pelas Leis 8.987/95 e 9.074/95, a CESP solicitou à ANEEL a prorrogação dos prazos para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. As prorrogações requeridas deverão ainda ser formalizadas por ato do Ministério de Minas e Energia, que permitirá a assinatura dos respectivos contratos de concessões, por mais trinta anos, nos termos do Decreto 1.717/95, por ocasião da passagem do controle acionário para a iniciativa privada, conforme previsto no Programa Estadual de Desestatização.

A situação do parque gerador da CESP é a seguinte:

		Parque Gerador			
Bacia	Usina Hidrelétrica	Total de máquinas em operação	Potência Instalada MW	Energia Assegurada (1) MW Médio	Entrada em Operação (2)
Paraná	Ilha Solteira (3)	20	3.444	1.962	18.07.73
	Jupia	14	1.551	1.007	14.04.69
	Três Irmãos (4)	5	808	-	28.11.93
	Engenheiro Sérgio Motta	11	1.210	787	23.01.99
Paraíba	Jaguari	2	28	9	05.05.72
	Paraibuna	2	85	43	20.04.78
			<u>7.126</u>	<u>3.808</u>	

- (1) É a energia disponível nas usinas de um sistema interligado, considerando-se o risco pré-fixado de 5% para seu atendimento.
- (2) Primeiro Grupo Gerador.
- (3) A energia assegurada de Três Irmãos está incluída na de Ilha Solteira.
- (4) Localiza-se no rio Tietê, mas em termos operativos integra o complexo de Urubupungá, na bacia do rio Paraná.

13.5. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Determina, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

14. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
CIRCULANTE		
COFINS s/ Receitas Operacionais (Nota 18).....	24.855	4.097
PIS s/ Receitas	9.401	1.155
ICMS s/ Fornecimento de Energia.....	5.648	1.446
Imposto de Renda s/ Remessa ao Exterior.....	8.425	10.878
Encargos Sociais s/ Folha de Pagamento - Empresa.....	2.112	2.191
Impostos e Contribuições Sociais de Prestadores de Serviços.....	548	177
	<u>50.989</u>	<u>19.944</u>
LONGO PRAZO		
Imposto de Renda - Diferido (à alíquota de 6%).....	11.318	13.957
	<u>62.307</u>	<u>33.901</u>

15. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

A Companhia aderiu ao programa em 28 de abril de 2000, tendo declarado todos seus débitos de tributos e contribuições sociais à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em 30 de junho daquele ano. As condições mais vantajosas para amortização da dívida, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexador (SELIC para TJLP), foram fatores determinantes para a adesão ao programa.

Composição dos débitos de tributos e contribuições sociais incluídos no programa:

	<u>Principal</u>	<u>Juros e Multas</u>	<u>Créditos Fiscais</u>	<u>Total</u>	<u>Atualização TJLP</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em 31.12.2001</u>	<u>Saldo em 31.12.2000</u>
Contribuição Social.....	32.811	95.979	(65.639)	63.151	9.751	(7.500)	65.402	64.251
Finsocial	1.629	6.440	(4.404)	3.665	566	(435)	3.796	3.729
IRPJ Contingência 1998.....	5.389	4.099	(2.803)	6.685	1.032	(794)	6.923	6.801
Contribuição Social - 1998.....	2.464	1.874	(1.281)	3.057	472	(363)	3.166	3.110
PIS Contingência.....	17.858	7.417	(5.072)	20.203	3.119	(2.399)	20.923	20.555
Notificação do INSS	93.528	124.597	(85.210)	132.915	20.522	(15.786)	137.651	135.231
Imposto de Renda s/ Indenizações	27.203	31.175	(21.320)	37.058	5.722	(4.401)	38.379	37.704
	<u>180.882</u>	<u>271.581</u>	<u>(185.729)</u>	<u>266.734</u>	<u>41.184</u>	<u>(31.678)</u>	<u>276.240</u>	<u>271.381</u>

Do saldo existente em 31 de dezembro de 2001, R\$ 258.183 refere-se a parcelas de longo prazo.

Foram utilizados créditos próprios de Base Negativa de Contribuição Social e Prejuízos Fiscais no montante de R\$ 180.550, e créditos de Base Negativa de Contribuição Social de terceiros no valor de R\$ 5.179, para amortização de juros e multas.

Para garantia dos débitos acima incluídos no programa, a Companhia arrolou bens imóveis de sua propriedade (não vinculados à geração de energia elétrica).

Tendo em vista a linearidade dos encargos financeiros incidentes sobre as parcelas mensais devidas, o valor presente dos débitos em 31 de dezembro de 2001 é de R\$ 206.954. Este cálculo foi efetuado com base nas projeções de receita, que consideram, entre outros fatores, a entrada em operação de novas unidades geradoras da Usina Engenheiro Sérgio Motta, reajustes tarifários e mercado atacadista de energia. Considera também a atualização do saldo da dívida pela TJLP (estimada em 10,0% a.a.). Estima-se o pagamento do montante total da dívida em aproximadamente 14 anos. Em atendimento à Instrução CVM nº 346, de 29 de setembro de 2000, a Companhia optou por não registrar o ajuste ao valor presente apurado.

No período de abril de 2000 a dezembro de 2001, a Companhia já recolheu a título de REFIS R\$ 31.678, à razão de 1,2% sobre o faturamento mensal.

O programa estabelece ainda, como condição de permanência no mesmo, que os pagamentos sejam efetuados em dia.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

16.1. Composição

	2001			2000		
	Encargos	Principal		Encargos	Principal	
		Circulante	Longo Prazo		Circulante	Longo Prazo
Moeda Estrangeira						
Instituições Financeiras (1)	43.145	212.477	2.853.427	46.556	181.295	2.585.205
Medium Term Notes (2).....	52.604	-	1.804.966	-	-	586.620
Banco do Brasil S.A. (3).....	653	165.054	1.155.379	779	139.091	1.112.728
ELETROBRÁS.....	657	4.103	19.101	157	3.524	20.105
CPFL (4).....	592	23.758	178.188	519	20.021	170.181
Bônus Emitidos no Mercado Alemão (5).....	-	-	-	61.648	1.012.292	-
Outras Instituições	205	557	12.333	296	730	27.535
	<u>97.856</u>	<u>405.949</u>	<u>6.023.394</u>	<u>109.955</u>	<u>1.356.953</u>	<u>4.502.374</u>
Moeda Nacional						
Instituições Financeiras (6).....	2.019	24.494	275.555	2.028	22.743	278.599
ELETROBRÁS.....	-	206	3.356	-	205	3.571
Fundação CESP (7).....	-	41.527	117.549	-	34.241	135.056
Debêntures (8).....	-	-	264.160	-	-	-
Certificados a Termo de Energia Elétrica (9).....	-	483.763	499.238	-	224.613	645.728
	<u>2.019</u>	<u>549.990</u>	<u>1.159.858</u>	<u>2.028</u>	<u>281.802</u>	<u>1.062.954</u>
	<u>99.875</u>	<u>955.939</u>	<u>7.183.252</u>	<u>111.983</u>	<u>1.638.755</u>	<u>5.565.328</u>

(1) Do montante de principal R\$ 314.893 referem-se a empréstimos indexados a outras moedas (FF, Sw Fr e DM) com taxas de juros que variam de 3,50% à 8,49% a.a., resultando numa média de juros de aproximadamente 5,62% a.a..

O restante, no valor de R\$ 2.751.011, integra a reestruturação da dívida externa brasileira, concluída em 15 de abril de 1994, no contexto do Plano Brady, e é composto como segue:

Tipo	Anos			Taxa de Juros	Saldo em
	Vencto. (c)	Carência	Amortização	% a.a.	31.12.2001
Bônus de Conversão da Dívida (a).....	18	10	17 parcelas semestrais	LIBOR semestral + 7/8	611.248
Bônus de Dinheiro Novo (a).....	15	7	17 parcelas semestrais	LIBOR semestral + 7/8	146.424
Bônus de Redução Temporária de Juros - FLIRB (a).....	15	9	13 parcelas semestrais	5º e 6º anos - 5,00 7º ano - LIBOR semestral + 13/16	124.531
Bônus de Capitalização (a).....	20	10	21 parcelas semestrais	5º e 6º anos - 5,00 7º ano - 8,00	674.133
Bônus de Desconto (b).....	30	-	Única ao final de 30 anos	LIBOR semestral + 13/16	383.875
Bônus ao Par (b).....	30	-	Única ao final de 30 anos	5º ano - 5,50 6º ano - 5,75 do 7º ano ao 30º ano - 6,00	551.295
Bônus de Juros - EI (a).....	12	3	19 parcelas semestrais	LIBOR semestral + 13/16	259.505
					2.751.011

- (a) Possuem como garantia a vinculação de receitas da Companhia
- (b) Demonstrada pelo líquido, deduzido o depósito em garantia exigido no montante de US\$ 149,630 mil. Adicionalmente possuem como garantia a vinculação de receitas da Companhia.
- (c) A partir de 15 de abril de 1994.
- (2) Do montante de principal, R\$ 696.120 referem-se a notas de médio prazo, emitidas em junho de 1997 pela CESP, no mercado internacional. O valor é equivalente a US\$ 300 milhões, com juros fixos de 9,125% a.a. nos 5 primeiros anos e 9,625% a.a. nos 5 anos seguintes.

Essas notas possuem algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade de dar em garantia os ativos da Companhia, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros; impossibilitando firmar contratos de arrendamento na forma de "Sale and Leaseback" e obrigando o cumprimento de determinados índices econômico-financeiros. No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deverá resgatar as notas em um prazo de 30 dias. A Companhia vem cumprindo satisfatoriamente os índices exigidos.

O vencimento final desses títulos se dará em junho de 2007, porém os detentores dos papéis poderão exercer o direito de resgate antecipado em junho de 2002.

O restante, no valor R\$ 1.108.846, refere-se a programa de Euro-Medium Term Notes de US\$ 500 milhões, cuja operação de lançamento dos títulos no mercado internacional foi concluída pela CESP em fevereiro de 2001, após o credenciamento no Banco Central do Brasil.

A captação foi realizada em duas séries:

- a) primeira série, lançada em 12 de fevereiro de 2001 em dólares norte-americanos, no montante de US\$ 300 milhões, com juros semestrais de 10,50% a.a. e vencimento único do principal em 05 de março de 2004; e
- b) a segunda série, lançada em Euros em 20 de fevereiro de 2001, no montante de 200 milhões, com juros anuais de 9,75% a.a. e vencimento único do principal em 27 de fevereiro de 2004.

Essas notas possuem cláusulas restritivas semelhantes às exigidas na captação de 1997, acima descrita.

Os recursos da operação foram utilizados integralmente na liquidação do bônus lançado no mercado alemão em 06 de maio de 1996 - item (5).

- (3) Refere-se a "Contrato de Refinanciamento de Dívida", assinado pela Companhia em 25 de março de 1994, junto ao Banco do Brasil S.A., no qual US\$ 1,067 milhões foram refinanciados por um período de 16 anos, tendo ocorrido o primeiro pagamento em 30 de junho de 1995, com juros baseados na LIBOR + 0,8125% a.a..
- (4) Refere-se a transferência de saldo da Conta de Resultados a Compensar - CRC da CPFL à CESP, atualizado de acordo com a variação do dólar norte-americano, sendo pago em parcelas semestrais até 2010 e juros calculados com base em 50% da taxa LIBOR + 0,40625% a.a.. No final de 2001, a CPFL transferiu seus direitos sobre essa dívida para uma de suas controladas.
- (5) Referia-se a bônus emitidos no mercado alemão em 1996, liquidados em maio de 2001, no valor nominal de DM 1.075.000.000. Sobre esses títulos incidiam juros de 9,25% a.a., devidos anualmente.
- (6) Refere-se, principalmente, a saldo de empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que serão amortizados até março de 2014, indexados pela TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e pelo IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado, acrescidos de juros calculados à taxa de 8,40% a.a..
- (7) Refere-se a saldo de contrato (remanescente pós-cisão), com início em 30 de dezembro de 1997, para amortização em 96 parcelas mensais corrigidas pelo custo atuarial ou TR e juros de 8% a.a., prevalecendo o maior dos índices.
- (8) Refere-se a 8ª emissão de debêntures simples, com as características abaixo:

Emissão		Séries	Resgate		Juros	Remuneração	Pagamento de Juros	Saldo em 31.12.2001
Nº	Data		Início	Término	% a.a.			
8ª	01.04.2001	18	11.2003	04.2005	2,00	CDI	Mensal	<u>264.160</u>

Nesta emissão foram lançadas 23.000 debêntures, em 18 séries, com um período de carência de 30 meses, prazo final de amortização de 48 meses, iniciando-se em novembro de 2003, remuneradas pela variação da taxa CDI (Certificado de Depósitos Interbancários), mais 2% a.a..

Os recursos obtidos foram utilizados exclusivamente no pagamento de empreiteiros e fornecedores de equipamentos da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera).

- (9) Os Certificados a Termo de Energia Elétrica CTEE's da 5ª, 6ª e 7ª emissões, são títulos que têm por objetivo único e exclusivo a obtenção de recursos com vistas ao custeio de obras civis e fornecimento de equipamentos para a usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera).

Da 5ª emissão foram emitidos 2.415.312 CTEE's, sendo que 1.073.472 estão em circulação, pelo valor unitário de R\$ 280,57 em 36 séries, sendo o prazo de carência de 24 meses. Para atualização será considerado o maior índice entre a variação da tarifa B3 de energia elétrica da ELEKTRO ou a taxa ANBID mais 2% a.a.. O registro dos CTEE's na CVM ocorreu em 17 de dezembro de 1998. Estes CTEE's oferecem aos seus portadores a opção de resgate (início 1º de junho de 2000 e término 1º de maio de 2003) através de dação desses títulos, em pagamento da parcela de consumo expressa nas contas de energia elétrica emitidas pela ELEKTRO, no montante de um megawatt-hora por certificado.

Da 6ª emissão foram emitidos 2.417.160 CTEE's, sendo que 2.014.300 estão em circulação, pelo valor unitário de R\$ 213,37 em 24 séries, sendo o prazo de carência de 24 meses. Para atualização será considerado o maior índice entre a variação da tarifa B3 de energia elétrica da CPFL ou o CDI mais 2% a.a.. O registro dos CTEE's na CVM ocorreu em 29 de agosto de 2000. Estes CTEE's oferecem aos seus portadores a opção de resgate (início 1º de outubro de 2001 e término 1º de setembro de 2003) através de dação desses títulos, em pagamento da parcela de consumo expressa nas contas de energia elétrica emitidas pela CPFL, no montante de um megawatt-hora por certificado.

Da 7ª emissão foram emitidos 1.214.700 CTEE's, os quais todos estão em circulação, pelo valor unitário de R\$ 207,48 em 12 séries, sendo o prazo de carência de 24 meses. Para atualização será considerado o maior índice entre a variação da tarifa B3 de energia elétrica da CPFL ou o CDI mais 2% a.a.. O registro dos CTEE's na CVM

ocorreu em 02 de março de 2001. Estes CTEE's oferecem aos seus portadores a opção de resgate (início 1º de março de 2003 e término 1º de fevereiro de 2004) através de dação desses títulos, em pagamento da parcela de consumo expressa nas contas de energia elétrica emitidas pela CPFL, no montante de um megawatt-hora por certificado.

16.2. O principal, devido em moeda estrangeira, apresenta a seguinte composição:

Moeda	2001			2000		
	R\$ mil	US\$ mil (Equivalente)	%	R\$ mil	US\$ mil (Equivalente)	%
US\$.....	5.701.724	2.457.216	88,68	4.446.609	2.274.015	75,89
DM.....	45.920	19.790	0,72	1.074.832	549.674	18,34
FF.....	243.096	104.765	3,78	298.373	152.589	5,09
Sw Fr.....	25.877	11.152	0,40	39.513	20.207	0,68
Euro.....	412.726	177.868	6,42	-	-	-
	<u>6.429.343</u>	<u>2.770.791</u>	<u>100,00</u>	<u>5.859.327</u>	<u>2.996.485</u>	<u>100,00</u>

16.3. O saldo do principal de empréstimos e financiamentos a longo prazo, em 31 de dezembro de 2001, tem seus vencimentos assim programados:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	Total
	US\$ mil (Equivalente)	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
2003.....	153.430	356.020	541.294	897.314
2004.....	683.004	1.584.842	272.820	1.857.662
2005.....	197.939	459.297	113.412	572.709
2006.....	185.911	431.388	52.208	483.596
2007.....	457.347	1.061.228	24.697	1.085.925
Após 2007.....	918.212	2.130.619	155.427	2.286.046
	<u>2.595.843</u>	<u>6.023.394</u>	<u>1.159.858</u>	<u>7.183.252</u>

16.4. As principais moedas e indexadores de empréstimos e financiamentos apresentaram as seguintes variações percentuais:

	No Exercício	
	2001	2000
US\$.....	18,67	9,30
Sw Fr.....	14,88	7,66
DM.....	12,05	1,93
FF.....	12,05	1,93
EURO.....	12,05	1,93
TR.....	2,29	2,10
IGP - M.....	10,38	9,95

17. VALORES A PAGAR

Credor	Objeto	2001			2000
		Circulante	Longo Prazo	Total	Total
ELETROBRÁS	- Energia de ITAIPU, Própria e Transporte de Potência.....	11.769	122.588	134.357	126.408
FUNDAÇÃO CESP	- Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BPS:				
	Quadro CESP.....	28.556	425.967	454.523	440.036
	Quadro Fundação CESP.....	787	787	1.574	2.067
	- Contrato Financeiro	11.576	7.718	19.294	26.386
		<u>40.919</u>	<u>434.472</u>	<u>475.391</u>	<u>468.489</u>
		<u>52.688</u>	<u>557.060</u>	<u>609.748</u>	<u>594.897</u>

17.1. ELETROBRÁS

Refere-se a saldo (remanescente pós-cisão) de contrato de refinanciamento do saldo de aquisição de energia, pagável em 168 parcelas mensais desde 15 de junho de 1999, sendo atualizado pela variação do IGP-M, acrescido de juros de 10% a.a., vencíveis mensalmente.

17.2. Fundação CESP

Refere-se a saldo (remanescente pós-cisão) de contrato para a cobertura de déficit técnico atuarial existente junto à Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, de parcelamento relativo ao "benefício suplementar proporcional saldado" - BPS. Este saldo vem sendo amortizado em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997, e é atualizado pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a., ou pela variação do custo atuarial (que em 2001 foi de 17,70% e 2000 foi de 16,93%), dos dois índices aplica-se o maior. A Companhia efetuou os ajustes relativos à variação do custo atuarial à data do balanço.

Inclui também saldo de contrato financeiro firmado em 06 de agosto de 1999, referente a pagamento de benefícios definidos pela Lei nº 4.819/58, o qual vem sendo amortizado em 48 parcelas mensais, corrigidas pela variação do IGP-M, acrescido de juros de 6% a.a. (Nota 7.2).

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia responde por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária e cível. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Composição:

	2001			2000		
	Valor da Provisão		Depósitos	Valor da Provisão		Depósitos
	No exercício	Acumulada	Judiciais	No exercício	Acumulada	Judiciais
Trabalhistas						
Ações diversas	5.040	13.391	8.531	3.125	8.351	7.219
Ação de periculosidade	-	11.296	-	3.286	11.296	-
	5.040	24.687	8.531	6.411	19.647	7.219
Cíveis						
Consumidores (Portaria DNAEE 38 e 45/86).....	-	13.239	-	5.791	13.239	-
Ações diversas	7.794	14.365	15.512	(37)	6.571	10.161
	7.794	27.604	15.512	5.754	19.810	10.161
Desapropriações e Indenizações						
Ações diversas (Nota 13.3).....	(32.784)	156.371	117.739	54.321	189.155	92.405
Tributárias						
COFINS (1).....	54.161	88.581	-	17.781	34.420	-
TOTAL	34.211	297.243	141.782	84.267	263.032	109.785

(1) A partir de julho de 1999, a CESP passou a recolher a COFINS sobre o faturamento, à alíquota vigente de 3%, porém continua questionando a constitucionalidade da inclusão na base de cálculo dessa contribuição das receitas financeiras e receitas não operacionais, tendo obtido liminar da 16ª Vara Federal de São Paulo, com sentença favorável ao recolhimento conforme definido pela Lei Complementar 70/91, ou seja, somente sobre o faturamento. A Companhia vem provisionando esses valores (não recolhidos) acrescidos dos encargos moratórios aplicáveis.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações contábeis ou que possam resultar em impacto significativo de seu fluxo de caixa.

19. TAXAS REGULAMENTARES

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
CIRCULANTE		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Parcelamento - 1997 e 1998 (1).....	16.279	16.279
- Parcelamento - 1999 (2).....	966	11.594
- Parcelamento - 2000 (3).....	919	907
- Quota Mensal.....	3.548	2.908
- Diferença de Quotas - 2001 (4).....	18.782	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	7.532	6.723
Quota de Consumo de Combustível - CCC.....	1.258	1.295
Taxa de Fiscalização - ANEEL.....	527	556
	<u>49.811</u>	<u>40.262</u>
LONGO PRAZO		
Reserva Global de Reversão - RGR - 1997 e 1998 (1).....	1.357	17.636
	<u>51.168</u>	<u>57.898</u>

(1) Através do Despacho da ANEEL nº 43, de 1º de fevereiro de 2000, foi fixado o parcelamento em 36 meses.

(2) Das diferenças de recolhimentos de 1999, foram pagas 11 parcelas mensais fixas (do total de 12) em 2001, conforme Despacho da ANEEL nº 572, de 28 de dezembro de 2000.

(3) Através do Despacho da ANEEL nº 124, de 07 de março de 2002, foi fixado o parcelamento em 11 meses.

(4) Diferenças de recolhimentos de 2001, cuja forma de pagamento depende de definição pela ANEEL.

20. OUTROS - PASSIVO CIRCULANTE

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Convênio Ministério dos Transportes - Hidrovia Tietê-Paraná	-	41.940
Pré-venda de Energia Elétrica	23.277	26.631
Fundação CESP.....	10.527	16.554
Transferência de CRC - Lei nº 8.631/93.....	-	8.185
Concessionárias de Energia Elétrica.....	899	1.605
Outros.....	3.958	10.931
	<u>38.661</u>	<u>105.846</u>

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. Capital Social

O capital social integralizado, no valor de R\$ 2.655.433, está dividido em 48.541.652 mil ações ordinárias e 45.156.610 mil ações preferenciais. O capital social autorizado da CESP é representado por 101.653.775 mil ações, sendo 52.663.113 mil ordinárias e 48.990.662 mil preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais não possuem direito a voto; no entanto, têm a prioridade no reembolso do capital e o direito a dividendos de 10% a.a. sobre o capital, não cumulativos.

As ações preferenciais são conversíveis em ações ordinárias e vice-versa, desde que integralizadas, durante períodos específicos, determinados pela Administração. Cada acionista pode solicitar a conversão de até 3% do capital social; entretanto, o total das conversões não pode exceder 5% do capital social.

Principais acionistas em 31 de dezembro de 2001:

	Quantidades de Ações - Em milhares					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:						
Secretaria de Estado dos						
Negócios da Fazenda.....	29.377.531	60,52	6.321.277	14,00	35.698.808	38,10
Banco Nossa Caixa S.A.....	5.136.117	10,58	7.686.364	17,02	12.822.481	13,69
Companhia do Metropolitano de						
São Paulo - METRÔ.....	1.323.627	2,73	-	-	1.323.627	1,41
Outros.....	82.933	0,17	-	-	82.933	0,09
	<u>35.920.208</u>	<u>74,00</u>	<u>14.007.641</u>	<u>31,02</u>	<u>49.927.849</u>	<u>53,29</u>
Outros						
Banco do Estado de São Paulo S.A. -						
BANESPA.....	6.123.203	12,61	12.981.825	28,75	19.105.028	20,39
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. -						
ELETROBRÁS.....	37.634	0,08	6.664.527	14,76	6.702.161	7,15
Cypress Corporation.....	707.824	1,46	119.000	0,26	826.824	0,88
Caixa de Previdência dos						
Funcionários do Banco do Brasil.....	296.439	0,61	260.960	0,58	557.399	0,59
The GMO Emerging Markets Fund.....	493.600	1,02	339.585	0,75	833.185	0,89
BNDES Participações S.A. BNDESPAR.....	-	-	791.358	1,75	791.358	0,85
Fund. Economiários Feder Funcef.....	-	-	645.756	1,43	645.756	0,69
The Bank of New York - ADR Dep.....	-	-	350.783	0,78	350.783	0,37
Commingled MOMGTCN York.....	-	-	224.827	0,50	224.827	0,24
Banco JP Morgan S.A.	-	-	193.700	0,43	193.700	0,21
Outros.....	4.962.744	10,22	8.576.648	18,99	13.539.392	14,45
	<u>48.541.652</u>	<u>100,00</u>	<u>45.156.610</u>	<u>100,00</u>	<u>93.698.262</u>	<u>100,00</u>

21.2. Reservas

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Reservas de Capital		
Ágio na Subscrição de Ações.....	10.373	10.373
Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com Capital Próprio.....	34.297	34.297
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio (a).....	4.937.750	4.937.750
Doações e Subvenções para Investimentos.....	29.106	29.106
Subvenções para Investimentos - CRC.....	429.396	429.396
Incentivos Fiscais - FINAM/FINOR.....	101.197	101.197
	<u>5.542.119</u>	<u>5.542.119</u>
Reservas de Lucros		
Reserva Legal.....	198.919	198.919
Reservas Estatutárias (b).....	231.912	231.912
Reserva de Lucros a Realizar (c).....	968.608	1.031.205
Reserva Especial de Dividendos - Ações Ordinárias -1999 (d).....	137.568	137.568
	<u>1.537.007</u>	<u>1.599.604</u>

a. Remuneração das Imobilizações em Curso

São créditos resultantes da capitalização da remuneração, calculada até 31 de dezembro de 1998, sobre recursos próprios utilizados durante a construção, aplicada às obras em andamento e que somente pode ser utilizada para aumento de capital.

b. Reservas Estatutárias

Constituída de 20% do lucro líquido, deduzido da reserva legal e dos juros sobre o capital próprio, referente aos exercícios de 1997, 1998 e 1999.

c. Reserva de Lucros a Realizar

Os lucros não realizados resultam de saldo credor de correção monetária (até 1995). Esta reserva é realizada na proporção da depreciação do ativo imobilizado. Os montantes realizados são transferidos para a conta de lucros acumulados.

d. Reserva Especial de Dividendos

Em Assembléia Geral Ordinária instalada em 25 de abril de 2000 e concluída em 05 de maio de 2000, foi aprovada a destinação do resultado do exercício de 1999 (ajustado), que compreendeu: **(a)** o pagamento de dividendos para as ações preferenciais em 03 parcelas iguais nos meses de setembro, outubro e novembro de 2000, **(b)** a constituição de Reserva Especial correspondente à parcela de lucros não distribuída sob a forma de dividendos às ações ordinárias, em conformidade com os parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Ainda, com base no disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e Instrução CVM nº 59/86, foi aprovada a manutenção do saldo remanescente de lucros na conta de lucros acumulados, em consonância com a necessidade de recursos prevista no Orçamento da Companhia para o exercício de 2000, aprovado na mesma AGO.

Por aprovação da AGO de 25 de abril de 2001, esta reserva foi mantida, tendo em vista as mesmas justificativas apresentadas na época de sua constituição.

A Administração da Companhia propõe para 31 de dezembro de 2001 a manutenção desta Reserva, que se faz necessária devido ao significativo fluxo de recursos para honrar compromissos financeiros e realização de investimentos em 2002.

21.3. Destinação do Resultado

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Prejuízo do Exercício.....	(813.319)	(414.299)
Realização de Reserva de Lucros a Realizar	<u>62.597</u>	<u>62.664</u>
Prejuízo Ajustado	<u>(750.722)</u>	<u>(351.635)</u>

O prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2001 (após a realização de reservas de lucros a realizar) será absorvido pelos lucros acumulados existentes, com base no artigo 189 parágrafo único da Lei nº 6.404/76.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de uma série de transações com partes relacionadas, as quais destacamos as principais:

	<u>SECRETARIA DA FAZENDA</u>		<u>BANCO NOSSA CAIXA S.A.</u>		<u>ELETROBRÁS</u>	
	<u>2001</u>	<u>2000</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>
ATIVO						
CIRCULANTE						
Aplicações Financeiras (Nota 5).....	-	-	-	469.716	-	-
Valores a Receber (Nota 7).....	20.661	66.061	-	-	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						
Valores a Receber (Nota 7).....	<u>497.300</u>	<u>491.122</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>517.961</u>	<u>557.183</u>	<u>-</u>	<u>469.716</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Empréstimos e Financiamentos (16.1)...	-	-	-	-	4.966	3.886
Valores a Pagar (17.1).....	-	-	-	-	11.769	10.180
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO						
Empréstimos e Financiamentos (16.1)...	-	-	-	-	22.457	23.676
Valores a Pagar (17.1).....	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>122.588</u>	<u>116.228</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>161.780</u>	<u>153.970</u>

23. RECEITAS DE VENDA, CUSTO DE COMPRA DE ENERGIA E USO DA REDE ELÉTRICA

23.1. Reajustes Tarifários de Suprimento e Fornecimento de Energia

A CESP em conjunto com as Concessionárias de Distribuição (ELETROPAULO, BANDEIRANTE, CPFL e ELEKTRO) e a ANEEL, procedeu as negociações objetivando a concatenação das datas de reajustes tarifários. Tal processo teve início em maio de 2000, resultando na alteração das datas de reajuste das tarifas de suprimento da CESP.

O reajuste das tarifas de suprimento da CESP em 2000 e 2001, devido ao processo de concatenação, foi dividido nas datas conforme abaixo:

Distribuidoras Supridas	Data do Reajuste	Resolução ANEEL Nº	% de Reajuste
ELETROPAULO (concatenação de datas)	04.07.2000	250 de 03.07.2000	14,93
ELEKTRO, CPFL e BANDEIRANTE	11.08.2000	295 de 10.08.2000	16,06
BANDEIRANTE (concatenação de datas)	11.10.2000	392 de 10.10.2000	3,27
CPFL (concatenação de datas)	08.04.2001	119 de 05.04.2001	8,88
ELETROPAULO	04.07.2001	252 de 02.07.2001	13,35
ELEKTRO (concatenação de datas)	07.08.2001	315 de 06.08.2001	13,57
BANDEIRANTE	11.10.2001	417 de 09.10.2001	11,58

As tarifas de fornecimento foram reajustadas pela Resolução ANEEL nº 544 de 12 de dezembro de 2001, com vigência a partir de 15 de dezembro de 2001, com índice de 22,95%.

23.2. Energia Vendida

	MWh (Não auditado)		R\$ Mil	
	2001	2000	2001	2000
Fornecimento				
Industrial.....	1.860.176	2.122.689	101.965	97.558
Serviço Público.....	-	11	-	68
	<u>1.860.176</u>	<u>2.122.700</u>	<u>101.965</u>	<u>97.626</u>
Suprimento				
Geração Própria/Outras				
ELETROPAULO.....	11.593.367	10.944.713	598.483	496.420
BANDEIRANTE.....	5.266.169	5.841.511	270.302	262.981
CPFL.....	6.746.347	5.946.768	345.000	262.874
ELEKTRO.....	5.848.911	5.402.160	254.874	205.097
PIRATININGA.....	789.497	-	43.651	-
Outras.....	1.367.691	1.268.839	69.928	53.761
	<u>31.611.982</u>	<u>29.403.991</u>	<u>1.582.238</u>	<u>1.281.133</u>
Comercialização de Curto Prazo				
Fechamento MAE - 2001 (Nota 2.4).....	-	-	153.055	-
Faturamento MAE - 2000.....	-	-	-	54.985
Reversão Estimativa - 2000/1999 (parte)...	-	-	(2.933)	-
	<u>31.611.982</u>	<u>29.403.991</u>	<u>1.732.360</u>	<u>1.336.118</u>
Total.....	<u><u>33.472.158</u></u>	<u><u>31.526.691</u></u>	<u><u>1.834.325</u></u>	<u><u>1.433.744</u></u>

23.3. Energia Comprada e Uso da Rede Elétrica

	MWh (Não auditado)		R\$ Mil	
	2001	2000	2001	2000
Revenda				
ITAIPU (1)				
Contrato.....	396.899	401.808	31.727	23.478
Transporte.....	-	-	1.259	1.146
Excedente.....	20.997	71.594	22	79
	<u>417.896</u>	<u>473.402</u>	<u>33.008</u>	<u>24.703</u>
Comercialização de Curto Prazo (2)				
Contratos Bilaterais.....	146.291	502.400	20.879	63.082
Faturamento MAE.....	-	-	3.962	47.887
Reversão Estimativa - 2000/1999 (parte).....	-	-	(4.794)	(51.882)
Estimativa Mercado Spot - 2000.....	-	-	-	14.802
Outras.....	58.510	-	4.375	-
	<u>204.801</u>	<u>502.400</u>	<u>24.422</u>	<u>73.889</u>
Comercialização de Curto Prazo (2)				
Fechamento MAE - 2001 (Nota 2.4).....	-	-	145.170	-
Parcela MAE/ABRAGE - 2001 (Nota 2.4).....	-	-	153.796	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>298.966</u>	<u>-</u>
	<u>622.697</u>	<u>975.802</u>	<u>356.396</u>	<u>98.592</u>
Uso da Rede Elétrica (3)				
Conexão.....	-	-	14.865	14.698
Rede Básica.....	-	-	15.496	14.233
Total.....	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.361</u>	<u>28.931</u>

Os valores de compras e vendas de energia estão vinculados:

(1) ITAIPU

- a) Contrato e transporte: refere-se a quota parte de Itaipu equivalente a 57 MW médios, para atender as pequenas concessionárias de Distribuição.
- b) Energia excedente: energia apurada com base na quantidade efetivamente medida, sendo rateada em função das quotas-partes.

(2) Comercialização de Curto Prazo

- a) Contratos bilaterais: contratos negociados entre a CESP e agentes do setor, visando reduzir sua exposição negativa.
- b) Faturamento e fechamento MAE: incluem valores provisionados, ajustados após a divulgação dos dados definitivos e dados do fechamento, para registro contábil, disponibilizados em 13 de março de 2002.

(3) Uso da Rede Elétrica

Encargos de conexão e rede básica: valores fixados conforme Resoluções ANEEL nº 244 e 247/01.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS/VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS LÍQUIDAS

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Receita		
Rendimento de Aplicações Financeiras.....	41.919	60.239
Atualização de Valores a Receber (Nota 7).....	84.764	74.244
Atualização Bloqueio - Dinheiro (Cauções e depósitos).....	8.256	52.025
Atualização Bloqueio - Dinheiro - COFINS/PIS/PASEP	-	26.062
Atualização Crédito de Alienações.....	-	38.404
Atualização e Acréscimos em Contas de Energia.....	10.310	19.336
Ganho na Compra de Moeda Estrangeira.....	6.705	-
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos.....	945	4.922
Outras.....	1.119	7.339
	<u>154.018</u>	<u>282.571</u>
Despesa		
Encargos de Dívidas		
Moeda Estrangeira.....	(543.676)	(495.308)
Moeda Nacional.....	(55.236)	(43.398)
	<u>(598.912)</u>	<u>(538.706)</u>
Outras		
Encargos s/ Tributos e Contribuições Sociais.....	(28.726)	(32.996)
Contrato ELETROBRÁS (Nota 17.1).....	(12.217)	(11.299)
Contrato Fundação CESP (Nota 17.2).....	(26.656)	(23.010)
CPMF.....	(15.959)	(14.262)
COFINS s/ Receitas Financeiras	(45.196)	(8.929)
PIS s/ Receitas Financeiras	(9.793)	(1.935)
Imposto s/ Operações Financeiras.....	(8.154)	(16.174)
Outras.....	(6.667)	(7.311)
	<u>(153.368)</u>	<u>(115.916)</u>
	<u>(752.280)</u>	<u>(654.622)</u>
	<u>(598.262)</u>	<u>(372.051)</u>
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas		
Moeda Estrangeira.....	(1.054.077)	(374.356)
Moeda Nacional.....	(185.994)	(149.947)
	<u>(1.240.071)</u>	<u>(524.303)</u>

25. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Item Extraordinário - REFIS:		
- Notificação do INSS (1).....	-	(218.125)
- Imposto de Renda s/ Indenizações (1).....	-	(58.382)
Outras Receitas / (Despesas).....	(7.343)	(58.699)
	<u>(7.343)</u>	<u>(335.206)</u>

(1) Contingências reconhecidas pela Companhia em março de 2000, face a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (Nota 15).

26. PLANOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO AOS EMPREGADOS

Através da Fundação CESP são mantidos planos de complementação e suplementação de aposentadorias e pensão aos empregados da CESP.

26.1. Plano "B" e "B1" - Suplementação de Aposentadorias

É regido pela Lei 6.435, de 15 de julho de 1977. A entidade patrocinadora é a própria CESP. Proporciona benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, utilizando o regime financeiro de capitalização. O valor presente dos benefícios a serem pagos, menos o valor presente das contribuições futuras, determinam as necessidades de reservas.

A CESP, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997 objetivando equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em decorrência do saldamento do Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS (Plano B) existente junto à Fundação CESP (Nota 17.2), foi criado o Plano B1 de benefícios, que substituiu o Plano B. Este plano entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 1998.

O custeio desse plano ocorre por contribuições paritárias entre a empresa e os empregados. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por consultores atuariais independentes

A contribuição da patrocinadora no ano de 2001 foi de 8,08% (8,43% em 2000) sobre os salários reais de contribuição.

Os benefícios do Plano B anterior se mantêm idênticos para os participantes assistidos. No caso dos participantes não assistidos, as reservas correspondentes aos mesmos foram salgadas pela patrocinadora em 31 de dezembro de 1997 e os benefícios serão pagos aos participantes, também na forma de renda vitalícia, quando do início do prazo de suas aposentadorias. O saldo do Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS será corrigido até a data do início dos pagamentos dos benefícios pelo IGP-DI publicado pela Fundação Getúlio Vargas e quando do início da concessão dos benefícios de acordo com o mesmo índice, nas mesmas datas em que forem reajustados os benefícios da Previdência Social.

A seguir, as principais informações financeiras do plano da CESP, em 31 de dezembro de 2001 e 2000, fornecidas pela Fundação, demonstrando a posição das reservas com base no parecer dos atuários:

	Plano - B1					
	Plano - B		Benefício Definido		Contribuição Definida	
	2001	2000	2001	2000	2001	2000
Valor Corrente do Ativo Líquido.....	1.609.649	1.466.435	53.438	39.307	1.714	1.230
Reservas Matemáticas						
(Valor Atuarial dos Benefícios)						
Benefícios Concedidos.....	1.359.918	1.218.343	22.263	18.099	93	36
Benefícios a Conceder.....	232.680	268.222	27.573	21.208	1.621	1.194
	1.592.598	1.486.565	49.836	39.307	1.714	1.230
Superávit (déficit) Técnico Atuarial.....	17.051	(20.130)	3.602	-	-	-
Fundos						
Fundo Cobertura de Oscilação de Risco.....	-	-	-	-	-	32
Patrimônio.....	1.609.649	1.466.435	53.438	39.307	1.714	1.262

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Custo Anual dos Planos		
Alocado às Operações.....	5.291	4.861
Alocado ao Imobilizado em Curso.....	1.404	1.248
	<u>6.695</u>	<u>6.109</u>

Adicionalmente aos benefícios do plano, a CESP oferece a seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica, os quais também são administrados pela Fundação CESP.

26.2. Deliberação CVM nº 371 - Contabilização dos Planos de Pensão

A Companhia adotava por prática contábil, até 31 de dezembro de 2000, contabilizar em suas demonstrações contábeis os seus compromissos relacionados aos déficits atuariais verificados nos planos de aposentadoria e pensão de seus funcionários. Com o advento da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, optou por registrar o ajuste dos passivos referentes a esses planos diretamente no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2001, cujo efeito foi um crédito no valor de R\$ 17.051. Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado, estando os ativos dos planos posicionados em 31 de dezembro de 2001, conforme facultado pela Interpretação Técnica do IBRACON nº 01/01, referendada pela CVM através do Ofício Circular CVM/SEP/SNC/nº 01/2002.

Demonstramos a seguir a situação dos Planos da Companhia em 31 de dezembro de 2001, no que se refere aos riscos de morte e invalidez dos participantes, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº. 371/00:

a) Conciliação dos ativos e passivos

	<u>2001</u>
Valor justo dos ativos.....	998.358
Total do passivo atuarial	(1.646.407)
Superávit técnico atuarial.....	<u>17.051</u>
Passivo Líquido reconhecido no balanço	<u>(630.998)</u>

b) Despesa prevista para 2002

	<u>2002</u>
Custo do serviço.....	3.182
Custo dos juros.....	255.852
Rendimento esperado dos ativos.....	<u>(157.138)</u>
Total	<u>101.896</u>

c) Premissas atuariais

	<u>2001</u>
Taxa real utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial.....	15,54%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano.....	15,54%
Taxa de crescimento salarial futuro.....	12,27%
Tábua de mortalidade.....	AT-49 (qx)
Tábua de mortalidade de inválidos.....	IAPB-55 (qix)
Tábua de entrada em invalidez.....	LIGHT-MÉDIA (ix)

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerando os termos da Instrução CVM 235/95, a Companhia procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

27.1. Considerações sobre Riscos

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

a. Risco de Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de "hedge" ou "swap" com a finalidade de proteger-se de referido risco, em função dos montantes, custos envolvidos e oportunidades. No entanto, quando possível, efetua a compra de câmbio antecipada e realiza operações de captação de recursos em reais, como forma de proteção cambial. Da mesma forma, as tarifas estipuladas e autorizadas pelo Poder Concedente não contemplam qualquer proteção para referidos riscos.

Em 31 de dezembro de 2001, significativa parte da dívida financeira da Companhia estava atrelada ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras, no valor total de R\$ 6.527.199 (Nota 16).

b. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no exterior. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia possuía R\$ 3.424.911 em empréstimos e financiamentos, captados a taxas variáveis de juros (Libor).

c. Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista o concentrado número de seus clientes, o fato de todos se tratarem de empresas de estrutura financeira sólida e serem concessionárias para prestação de serviços públicos de distribuição de energia.

d. Risco Hidrológico

Quatro das principais usinas hidrelétricas da CESP, que representam 99% da energia assegurada para venda, concentram-se na área de influência da bacia do Rio Paraná, região noroeste do Estado de São Paulo. Ilha Solteira, Três Irmãos e Porto Primavera operam com reservatórios de acumulação, enquanto o reservatório de Jupia opera a fio d'água. A localização geográfica é considerada excelente, pois o Rio Paraná é formado pela confluência de dois grandes rios, o Paranaíba, que desce da região centro-oeste do país, e Grande, na divisa com o Estado de Minas Gerais. Além deles, o Rio Tietê é afluente do Rio Paraná, a montante (rio acima) da Usina de Jupia.

A Companhia construiu um canal - Canal de Pereira Barreto - de cerca de 9,6 km de comprimento, interligando os reservatórios das usinas de Três Irmãos e Ilha Solteira, o que permite sua operação integrada. Outro fator positivo é que suas usinas se situam a jusante (rio abaixo), em seqüência a inúmeros outros aproveitamentos energéticos existentes a montante, de modo que se beneficia de estar praticamente no fim da cascata, tendo a usina de Itaipu a jusante de suas usinas.

A região é tropical, de elevados índices de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Situações de seca, como as enfrentadas de 1997 a 2001, só encontram paralelo no quinquênio 1952-1956. Em situações críticas como essa, o Poder Concedente atuará objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. O MRE é um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema, são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização - TEO de R\$ 4,00 por MWh.

27.2. Valorização dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2001 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

- a. **Disponibilidades** - Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.
- b. **Valores a receber e a pagar de energia** - Estes créditos e débitos decorrem basicamente de transações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia - MAE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseado nos preços vigentes durante o ano no MAE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data do balanço.
- c. **Investimentos** - Aqueles relacionados a ações de companhias abertas estão registrados ao custo de aquisição; no caso do custo de aquisição ser superior ao valor de transações dessas ações em bolsa, foi feita provisão para sua redução a valor de mercado. O valor de mercado dos demais investimentos se aproxima de seus valores contábeis.
- d. **Debêntures** - A Companhia já liquidou sete das oito emissões de debêntures que realizou. Estes títulos são negociados no mercado de balcão. Estão avaliadas conforme os critérios estipulados quando de sua emissão, conforme características definidas na Nota 16.
- e. **Certificados a Termo de Energia Elétrica - CTEE's** - São títulos lançados pela CESP e se caracterizam por ter, na data da emissão, o valor unitário de 1 megawatt/hora da tarifa de fornecimento classe B-3 de uma Distribuidora de energia elétrica. A tarifa da classe B-3 é aplicável aos Consumidores Cativos e é regulada pela ANEEL para cada empresa detentora da rede de distribuição, que estão sujeitas ao controle e à fiscalização do Poder Concedente.

Os CTEE's são negociados em mercado de balcão e oferecem duas alternativas de resgate financeiro, prevalecendo a maior entre: (1) a remuneração pelo índice financeiro definido (Nota 16), e (2) a variação da tarifa B-3. Permite ainda o resgate físico, quando utilizado para pagamento de faturas de energia elétrica junto à Distribuidora, que por sua vez os utiliza para pagar sua fatura junto à CESP.

A Companhia já liquidou 4 das 7 emissões que realizou, nunca tendo ocorrido resgate físico.

A Companhia não mantinha transações com instrumentos financeiros derivativos à data de suas demonstrações contábeis.

ANEXO I
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000
(Valores em milhares de reais)

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais:		
Prejuízo do exercício.....	(813.319)	(414.299)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Depreciação.....	408.298	371.097
Varição monetária e cambial de itens de longo prazo	970.103	391.310
Baixas de investimentos por alienação.....	14.207	3.696
Baixas do ativo imobilizado	12.632	14.139
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	(417.584)	(223.222)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	18.401	5.317
Déficit atuarial Fundação CESP.....	-	15.070
Outras.....	3.718	2.241
	<u>196.456</u>	<u>165.349</u>
Variações nos ativos e passivos		
Revendedores e consumidores.....	(150.470)	9.570
Valores a receber - energia.....	(298.676)	-
Valores a receber	45.400	(66.061)
Tributos e contribuições compensáveis.....	58.887	(16.590)
Cauções e depósitos vinculados.....	(6.663)	545.836
Almoxarifado.....	(789)	(3.693)
Outros créditos.....	13.397	4.862
Crédito de alienação de bens e direitos	-	304.744
Fornecedores.....	(68.417)	3.577
Supridores de energia elétrica.....	(8.573)	(63.980)
Tributos e contribuições sociais e REFIS.....	31.235	(18.601)
Provisão para contingências.....	34.211	(166.486)
Valores a pagar - energia.....	749.606	-
Valores a pagar	5.912	(40.305)
Taxas regulamentares.....	9.549	4.787
Outros passivos.....	(67.052)	(142.753)
Aumento no realizável a longo prazo.....	(315.589)	-
Aumento no exigível a longo prazo.....	102.883	310.815
Redução no realizável a longo prazo.....	14.908	560.868
Redução no exigível a longo prazo.....	(76.763)	(51.955)
Caixa gerado pelas operações.....	<u>269.452</u>	<u>1.339.984</u>
Aplicações no imobilizado.....	(606.227)	(1.037.020)
Encargos financeiros e efeitos inflacionários alocados ao imobilizado.....	(35.668)	(18.012)
Caixa utilizado nas atividades de investimentos.....	<u>(641.895)</u>	<u>(1.055.032)</u>
Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas.....	2.307.740	1.052.751
Amortização de empréstimos e financiamentos.....	(2.413.196)	(1.281.420)
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	(13)	(127.871)
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos.....	<u>(105.469)</u>	<u>(356.540)</u>
Diminuição do caixa.....	<u>(477.912)</u>	<u>(71.588)</u>
Saldo inicial de caixa.....	<u>485.542</u>	<u>557.130</u>
Saldo final de caixa.....	<u>7.630</u>	<u>485.542</u>

ANEXO II
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000
(Valores em milhares de reais)

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas Operacionais.....	1.851.822	1.435.541
Energia de Geradores Livres e Acordo de Reembolso.....	422.707	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(18.401)	(5.317)
Resultado não Operacional (exceto COFINS e PIS).....	(7.066)	(333.165)
	<u>2.249.062</u>	<u>1.097.059</u>
Menos:		
Insumos		
Energia de Geradores Livres e Acordo de Reembolso.....	465.548	-
Energia Comprada para Revenda.....	356.396	98.592
Encargos de Uso da Rede Elétrica.....	30.361	28.931
Serviços de Terceiros.....	41.333	47.615
Materiais.....	6.789	11.058
Outros Custos Operacionais.....	68.912	58.563
	<u>969.339</u>	<u>244.759</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO.....	<u>1.279.723</u>	<u>852.300</u>
Depreciação	408.298	371.097
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO.....	<u>871.425</u>	<u>481.203</u>
TRANSFERÊNCIAS		
Receitas Financeiras	154.018	282.571
Déficit Atuarial - Fundação CESP.....	-	(16.017)
Contribuição Social e Imposto de Renda Diferidos.....	417.584	223.222
Crédito de Base Negativa de Contribuição Social (terceiros).....	-	5.179
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR.....	<u>1.443.027</u>	<u>976.158</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do Trabalho.....	68.138	65.753
Impostos, Taxas e Contribuições (COFINS/PIS/ICMS/INSS).....	174.966	99.059
Juros e encargos de dívidas.....	697.291	643.758
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas.....	1.240.071	524.303
Arrendamentos e Aluguéis.....	7.158	8.453
Intrasetoriais - RGR/CCC.....	68.722	49.131
	<u>2.256.346</u>	<u>1.390.457</u>
Prejuízo do Exercício.....	<u>(813.319)</u>	<u>(414.299)</u>
TOTAL.....	<u>1.443.027</u>	<u>976.158</u>

GUILHERME AUGUSTO CIRNE DE TOLEDO
PRESIDENTE

VICENTE KAZUHIRO OKAZAKI
DIRETOR FINANCEIRO E DE
RELAÇÕES COM INVESTIDORES

REINALDO JOSÉ RODRIGUEZ DE CAMPOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO

IRAMIR BARBA PACHECO
DIRETOR DE PLANEJAMENTO,
ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

SILVIO ROBERTO ARECO GOMES
DIRETOR DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

DANIEL ANTÔNIO SALATI MARCONDES
DIRETOR DE MEIO AMBIENTE

IVO ANTONIO FUCHS
GERENTE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CONTADOR - CRC 1PR028765/T-0-SP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

MAURO GUILHERME JARDIM ARCE

VICE-PRESIDENTE

RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA

CONSELHEIROS

CARLOS PEDRO JENS

DALMO DO VALLE NOGUEIRA FILHO

FERNANDO CARVALHO BRAGA

FERNANDO JOSÉ TENÓRIO ACOSTA

GUSTAVO DE SÁ E SILVA

JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE

LÍVIO ANTONIO GIOSA

LUCIA MARIA DAL MEDICO

LUIZ DE FREITAS BUENO

MAURO BRAGATO

MIGUEL CARLOS FONTOURA DA SILVA KOZMA

NELSON VIEIRA BARREIRA

NORBERTO DE FRANCO MEDEIROS

SILVIO ALEIXO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CESP - Companhia Energética de São Paulo, dando cumprimento ao que dispõem os itens I, II e VII do artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Contábeis da Empresa, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2001, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2000, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício.

Com fundamento no exame realizado e no Parecer dos Auditores Independentes, este conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

É o Parecer.

São Paulo, 26 de março de 2002

TATIANA MALAMUD

FERNANDO JANOTTI MOREIRA

WILSON LUIZ MATAR

JOSÉ ANTONIO XAVIER

ILBERTO RODRIGUES DOS SANTOS